

Jornal dos Economistas RJ

Nº 107 • Março 1998

▶ O Plano Real e o crescimento da economia brasileira

O ex-ministro Antônio Delfim Netto diz que o problema do crescimento precisa voltar a ocupar um lugar central no debate econômico que se trava no país: "Programas que visam a produzir equilíbrio fiscal só dão certo em regimes de crescimento rápido." E diz que é possível alterar a trajetória atual: "Temos todas as condições. Só não crescemos porque transformamos o não-crescimento na âncora do Real." Páginas 10 a 14.



FEIRA DE ÁGUA DE MENINOS, DE DJANIRA

RIO 1999:
13º Congresso Brasileiro de Economistas
7º Congresso Latino-Americano de Economistas

Artigo: Programas de garantia de renda mínima em debate, por Lena Lavinias e Ricardo Varsano

Páginas 3 e 4

Artigo: Os economistas no Rio de Janeiro – perfis masculinos e femininos, por Hildete P. de Melo, Cristiane Soares, André Simões e Luciana R. da Silva

Páginas 6 e 7

Fórum Popular do Orçamento

Página 8

Documento: Manifesto do Rio de Janeiro

Página 9

Lançamento de publicações da Cepal no Rio de Janeiro

Página 20

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro têm usado esta coluna para discutir temas centrais da política econômica e da evolução política do país. Pretendemos utilizar os espaços que possuímos para aprofundar o debate de temas que, às vezes, escapam de uma avaliação mais profunda ou pecam pela ausência de pontos de vista importantes, de visões alternativas, que não podem ser ignoradas. Esta é, estamos convencidos, uma maneira efetiva de contribuir para a consolidação da democracia num país tão desigual quanto o nosso.

Agora, nossas entidades estão dando um passo fundamental nessa direção. Trata-se do programa Debate Brasil, exibido semanalmente

na televisão a cabo. Embora novo, Debate Brasil já colocou em discussão temas complexos, controversos, delicados e nem sempre bem compreendidos como a ALCA, a reforma do Estado, a devastação da Amazônia, a crise da previdência, a questão energética e as novas relações capital-trabalho, trazendo à cena debatedores que rejeitam o conformismo das frases feitas e de um suposto senso comum que não admite contestação.

Debate Brasil veio para mostrar que as entidades representativas dos economistas no Rio de Janeiro acreditam nas possibilidades abertas por uma mídia democrática, que pretende fazer da informação um instrumento de transformação social.

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o *Jornal dos Economistas* reproduz na capa uma obra de Djanira da Mota e Silva. Artista autodidata nascida em Avaré, São Paulo, em 1914, suas obras fazem parte dos principais museus no Brasil e no exterior e a temática do seu trabalho – apresentados pela primeira vez no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio – é predominantemente brasileira.

Nota técnica (capa): *Feira de Água de Meninos*, pontaseca, área impressa de 12,7 x 17,7 cm.

DEBATE BRASIL, CADA VEZ MELHOR

DEBATE BRASIL está no ar. Não perca, nas próximas duas semanas, debates e entrevistas fundamentais para entender o Brasil. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (Ipri), analisará os desafios criados pelo Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca). Paulo Passarinho, do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, e Lauro Vieira de Faria, redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, da FGV, debaterão a reforma do Estado. O ex-ministro da Saúde, Jamil Haddad, falará sobre o desmantelamento da saúde pública e Candido Mendes, deputado federal (PSDB) e reitor da Universidade Candido Mendes, analisará as perspectivas da socialdemocracia no Brasil. O pesquisador Paulo Nogueira Batista Jr., da FGV-SP, analisará os perigos do endividamento externo e Nelson Le Cocq, conselho do Corecon-RJ, os reflexos das taxas de juros e do endividamento interno sobre os gastos sociais.

Já debateram os problemas conjunturais e atuais no DEBATE BRASIL, passando o país a limpo, várias personalidades, entre elas: o ex-ministro Evandro Lins e Silva, a juíza Salette Macaiós, a economista Sulamis Dain, o prof. João Paulo de Almeida Magalhães (pres. do IERJ), René Dreifuss (UFF), Theotônio dos Santos (UFF), Francisco de Oliveira (Ipea), Márcio Fortes (dep. fed./PSDB), Francisco Rodrigues (PTB/RR), Mauricio Lobo (Secretário Municipal de Meio Ambiente), Arolde de Oliveira (dep. fed./PFL), Carlos Lessa (economista e decano da UFRJ), Luiz Pinguelli Rosa (Coppe), Antenor Barros Leal (vice-presidente da Firjan), José Lopez Feijó (presidente da CUT-SP). Formadores de opinião, convidados, também participaram do programa, entre eles Maurício Dias (editor do Informe JB), Cláudia Antunes (editora internacional do *Jornal do Brasil*), Marco Aurélio (âncora da CBN), Francisco Barbosa (âncora da Rádio Globo) e Hélio Fernandes Filho (editor-geral da Tribuna da Imprensa).

A iniciativa dos patrocinadores – Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia) e da Aepet (Associação dos Engenheiros da Petrobras) – estimulará, ainda, a formação de novos economistas e incentivará o debate: a partir de maio, vídeos dos programas estarão disponíveis na videoteca do Conselho, com a cobrança apenas, para cópia, do custo de uma fita.

DEBATE BRASIL vai ao ar todos os sábados, das 18 às 19h, na Vinde TV, canal 15 da NET. Não perca!

CORECON – Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20054 - Tel. (021) 224-0578
- Fax 221-0958 - e-mail coreconrj@ax.apc.org

Presidente: Adhemar dos Santos Mineiro • Vice-Presidente: Reinaldo Gonçalves • Conselheiros Efetivos: Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascouto da Rocha, José Clemente de Oliveira • Conselheiros Suplentes: Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel. (0247) 238333

SINDECON - Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1608 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 - Tel.: (021) 262-2535 - Fax: 533-7891 - e-mail: sindecon@embratel.net.br

IERJ - Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
Av. Rio Branco, 109, 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20054-900 - Tels.: (021) 224-0578 e 509-1077
e-mail: ierj@ax.apc.org

JORNAL DOS ECONOMISTAS
ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON - IERJ - SINDECON/RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias
Ilustração da capa: *Feira de Água de Meninos*, gentilmente cedida pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz.
Conselho Editorial: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira
Editoração Eletrônica: Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367
Fotolito e Impressão: Tipológica Tel. (021) 509-3366

Tiragem: 20.000 exemplares
Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das Entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.
Edição: Conselho Regional de Economia-RJ
Jornalista Responsável: Beatriz Bonfim (MT 11916)
Projeto Gráfico da Capa: Dinho

Programas de garantia de renda mínima em debate

Lena Lavinias*
Ricardo Varsano**

Introdução¹

Desde o início da década de 1990 debate-se intensamente no Brasil a proposta de garantir um mínimo de renda para os indivíduos (ou famílias), considerada uma forma sistemática de combate à pobreza. Um projeto de lei, de 1991, que propõe a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi aprovado pelo Senado. Embora não tenha sido até hoje apreciado pela Câmara, ele deu origem a diversas sugestões afins e a um grande número de projetos de lei estaduais e municipais, vários já aprovados. Alguns PGRMs estão sendo executados em municípios e no Distrito Federal.² No âmbito federal, a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, autorizou o governo a apoiar financeiramente os municípios que decidirem implementar programas de renda mínima.

Experiências semelhantes, com características bastante diversificadas, estão em curso em outros países – grande parte da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá –, propiciando elementos para uma análise mais detalhada. Multiplicam-se as denominações – renda mínima incondicional, renda de subsistência, benefício universal e outras –, reflexo da necessária redefinição do conteúdo de uma política que hoje parece reunir, mais do que todas as outras, condições para enfrentar o desafio de desarmar o estopim da pobreza.

O objetivo do nosso trabalho, apenas resumido nesta nota, é avaliar a concepção dos PGRMs. Ele conclui que tais programas têm inegável capacidade de redistribuir renda, mas, por si só, são insuficientes para erradicar a pobreza, a menos que se pretendesse manter por tempo indefinido as transferências de renda às famílias, à espera de que o crescimento econômico resolvesse o problema. Apesar dessa insuficiência, o PGRM pode ser utilizado como instrumento central de uma política de combate à pobreza, realizada mediante

esforço conjunto e coordenado dos três níveis de governo.

Objetivos do PGRM

O PGRM é um programa em que a parcela pobre da população recebe um complemento de renda, sendo o custo do programa financiado pela receita geral, para a qual todos contribuem. A progressividade do programa poderia ser ampliada se seu financiamento proviesse de alguma contribuição compulsória, especificamente vinculada ao programa, a que estivessem sujeitos apenas os mais ricos.³

O PGRM fortalece a cidadania por lidar com a questão da exclusão social e pretender substituir políticas sociais compensatórias que ensejam práticas clientelistas. Por aproximar Estado e cidadão, estimula o controle social das políticas públicas e pode se constituir em preciosa fonte de informação para a formulação da política social do governo. Por reinserir no mercado a parcela da população que sofria exclusão em face da insuficiência de renda, ele provê um estímulo à atividade econômica, particularmente no caso dos setores que produzem bens e serviços com elevado peso no orçamento das famílias de baixa renda.

Em síntese, pode-se afirmar que os objetivos do PGRM são: (a) fortalecer a cidadania, evitando a exclusão social ou reinserindo o indivíduo já excluído, de uma forma que rompa com práticas clientelistas e assistencialistas; (b) proporcionar condições dignas de vida à população carente, garantindo o consumo necessário à sua sobrevivência; (c) dotar a população pobre de melhores condições para obter, de forma autônoma, uma renda; e (d) possibilitar a dispensa do trabalho infantil, visando a eliminar a transmissão da pobreza entre gerações.

A implementação de um PGRM pode trazer, adicionalmente, os seguintes benefícios: (a) ampliação da atividade econômica via expansão do consumo; e (b) promoção de uma nova institucionalidade para as

políticas sociais, de modo a estimular formas de controle social.

Co-participação de todas as esferas de governo

Uma questão importante é a escolha da unidade promotora do PGRM. O que é mais adequado: o PGRM nacional, como proposto no projeto que deu início à discussão do tema no Brasil, ou um conjunto de PGRMs subnacionais,⁴ quase sempre de iniciativa municipal, como os que vêm sendo implementados?

Como os municípios são unidades pequenas e muito abertas, é necessário admitir como hipótese a existência de mobilidade tanto dos fatores de produção como dos indivíduos entre jurisdições. Nesse contexto – considerado, por exemplo, em um dos modelos básicos da teoria de federalismo fiscal, o de Tiebout⁵ –, dois fatores importantes para a escolha do local de residência ou de produção são o conjunto de bens e serviços públicos oferecidos pela localidade e o resíduo fiscal, ou seja, a diferença entre o valor atribuído pelo indivíduo aos benefícios que recebe em virtude da ação governamental e o dos tributos por ele pagos.

Quando uma unidade subnacional implementa com recursos próprios um PGRM, seu financiamento necessariamente provém ou de um aumento da carga tributária incidente sobre seus residentes ou de uma redução das suas demais despesas.⁶ Neste caso, o PGRM redistribui renda dos demais residentes para os participantes do programa. Evidentemente, o resíduo fiscal destes aumenta, e o dos demais residentes se reduz. Há, portanto, um estímulo a que pobres residentes em outras localidades onde não exista o PGRM (ou onde seu benefício seja menor) migrem para a unidade promotora do programa. Para evitar a importação de pobreza – que aumenta não só o custo do PGRM como o gasto público em geral –, os programas dos municípios restringem a habilitação a pessoas ou famílias que já residem ali por algum tempo.

Por outro lado, se a intensidade do programa for grande o suficiente para contrabalançar outros incentivos que afetam a escolha do local de residência ou de produção, os contribuintes que financiam o PGRM tenderão a abandonar a unidade promotora, o que implicará maior tributação (ou menor quantidade de serviços) para os que ficam, o que aumenta o estímulo à alteração de residência. Trata-se de um processo auto-sustentado de empobrecimento da unidade. A exportação de base tributária em consequência da migração dos não-pobres é um problema cuja solução não está ao alcance do governo local.

O condicionamento da habilitação ao PGRM a um tempo mínimo de residência – principalmente se o período exigido for longo – resolve o problema de atração de pobreza, mas exclui uma parcela da população pobre dos benefícios do programa. Esta parcela compõe-se não só daqueles que não satisfazem a condição como dos que, mesmo a satisfazendo, não são capazes de comprovar o tempo de residência mediante apresentação de documento hábil, o que é certamente um fato comum entre os mais pobres, carentes até de documentos de identificação. Agrava-se, portanto, um problema de equidade horizontal que já existia em virtude da implementação do PGRM em apenas algumas localidades.

Evidentemente, a equidade horizontal não seria ferida e o problema de importação de pobreza não existiria se todas as unidades locais de governo do país implementassem PGRMs com características semelhantes – mas não necessariamente idênticos, pois diferenças espaciais precisam ser respeitadas. Cabe, portanto, uma primeira conclusão importante: idealmente, o PGRM deve ser um programa nacional.

Um programa nacional exige a participação do governo central como entidade normativa. Nada impede, porém, que a execução dos PGRMs fique a cargo dos governos locais. Quanto ao financiamento, argumentos também relacionados à

questão de equidade horizontal sustentam a tese de que o governo federal deve ter participação financeira nos programas.

Limitações do PGRM como instrumento de combate à pobreza

A complementação de renda assegurada pelo PGRM satisfaz parcialmente o segundo dos objetivos mencionados: proporcionar condições dignas de vida à população carente, garantindo o consumo necessário à sua sobrevivência. Mas, condições dignas de vida incluem a disponibilidade de um conjunto de bens públicos, como segurança pública e defesa civil, e de bens privados normalmente providos pelo setor público como, por exemplo, assistência médica e ensino. No primeiro caso, a provisão pública dos bens é indispensável; no segundo, embora os bens estejam disponíveis no mercado, participantes de um PGRM não têm recursos suficientes para adquiri-los. Assim, uma ação pública complementar ao PGRM é necessária em ambos os casos, para assegurar que o mencionado objetivo seja plenamente atingido.

No Brasil, diferentemente de países com maior nível de renda que adotaram PGRMs, o objetivo de assegurar condições de vida dignas, não obstante sua relevância intrínseca, deve, para efeito de formulação da política social, se subordinar ao objetivo maior de ampliar o potencial de geração autônoma de renda do cidadão pobre. O primeiro é complemento indispensável do segundo, posto que condições indignas comprometem a capacidade de geração de renda. Mas, isoladamente, é pouco mais que um paliativo, que aplaca a dor da pobreza (e da consciência da elite) enquanto se espera que o processo de desenvolvimento econômico resolva o problema.

A menos que o PGRM seja complementado por outras ações sociais do governo visando a ampliar o potencial de geração autônoma de renda do participante, é alta a probabilidade de que, no final de sua participação, ele retorne à situação de pobreza em que se encontrava antes. Isto significaria não só um fracasso do programa como também a possibilidade de exclusão social definitiva.

A alternativa de assegurar continuidade ilimitada à participação do indivíduo no PGRM enquanto sua

renda permanecer abaixo do patamar máximo estabelecido para habilitação é indesejável por, pelo menos, dois motivos: primeiro, a garantia perene de renda mínima tende a desestimular a busca de renda autônoma, não sendo desejável aplicá-la senão aos idosos; segundo, ela não é recomendável em um país onde são muitas e dispendiosas as ações que o governo precisa implementar em apoio ao desenvolvimento, são escassos os recursos disponíveis para o setor público e é grande o número de pobres a serem atendidos.

O PGRM como instrumento central de uma política de combate à pobreza

Considerada isoladamente, a avaliação das limitações do PGRM condenaria o programa a não existir em escala nacional. Se seu sucesso está condicionado à provisão de um conjunto de serviços com os quais ele compete por recursos, faz sentido que – em presença de restrição orçamentária e considerando que tais serviços podem ter um papel no combate à pobreza sem que o PGRM exista – o formulador de políticas sociais dê preferência à provisão dos serviços e não à instituição do PGRM. Tal conclusão, no entanto, não leva em conta uma característica do PGRM que, se adequadamente explorada, pode promover melhora radical na qualidade e eficiência do gasto social.

O PGRM aproxima o Estado e o cidadão, ainda mais quando sua execução fica a cargo do município. No PGRM, até mesmo por questão relacionada a controle, o cidadão não pode significar para o Estado apenas um número de conta bancária onde é depositada uma "mesada". É preciso cadastrá-lo, verificar se as informações prestadas são verdadeiras, e, periodicamente, assegurar que as condições de habilitação ao programa continuam a ser satisfeitas. Estas tarefas – que, considerado o PGRM isoladamente, são apenas um ônus administrativo – podem ser transformadas em preciosa fonte de informação para a formulação e a avaliação das políticas sociais, revelando carências da população e, ao longo do tempo, o efetivo impacto das ações governamentais.

O PGRM é um benefício concedido pelo Estado a qualquer cidadão que satisfaça as condições de habilitação, não exigindo de parte deste, em princípio, qualquer

contraprestação de serviços.⁷ Há espaço, portanto, para que se exija algum tipo de contrapartida, tal como vem acontecendo em alguns municípios, no que tange à obrigatoriedade da frequência das crianças na escola. Riscos existem, no entanto, de que isso venha a facilitar a adoção de práticas disciplinatórias, de caráter pretensamente civilizatório, por parte do Estado. O que nos parece mais adequado é exigir como única contrapartida obrigatória, no caso das crianças, sua frequência à escola – até porque é preceito constitucional a conclusão do primeiro grau completo, logo, um dever do cidadão – e, no caso dos adultos, a participação em iniciativas voltadas para sua pré-capacitação e reinserção ocupacional que não sejam, evidentemente, formas travestidas de emprego desqualificado. Visitas periódicas a postos de saúde e participação em ações de interesse da comunidade devem ser estimuladas como direitos de cidadania, mas não podem transformar-se em imposição, sujeita ou não a sanções.

Cabe ao Estado, numa concertação entre as três esferas de governo, oferecer os serviços que complementam o PGRM. Ao avaliar o conjunto das suas carências e debilidades, um município – apoiado tecnicamente, se necessário – deve ser capaz de formular um quadro de prioridades, estendendo às famílias contempladas pelos programas do tipo PGRM a cobertura social mínima indispensável à sua reintegração cidadã. Desta forma, estar-se-á induzindo o indivíduo não só a conhecer melhor, usar e beneficiar-se mais intensamente dos serviços providos pelo Estado, como a exigir qualidade dos mesmos. O controle social das ações governamentais e do gasto público se amplia.

Se, como parece desejável, o PGRM for uma iniciativa conjunta dos três níveis de governo que precisa ser complementada com outras ações do setor público, ele ampliará a necessidade de coordenação dos esforços, apresentando assim um efeito estruturante multiplicador.

Propõe-se, portanto, que se deixe de lado a idéia de que o PGRM é um substituto de outras políticas sociais compensatórias – que, em essência, significa dizer que complementando a renda do pobre o mercado se encarrega de resolver o problema da pobreza do país – e se enfatize seu papel como organizador e instrumento central de uma política que vise não apenas a melhora

das condições de vida dos pobres mediante redistribuição de renda, mas a erradicação da pobreza no país em determinado horizonte de tempo.

* Pesquisadora do Ippur/UFRJ, cedida à Dipes/Ipea.

** Pesquisador da Dipes/Ipea.

NOTAS:

1. Este texto resume o argumento central do artigo "Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza", de Lena Lavinas e Ricardo Varsano (Texto para discussão n° 534, Rio de Janeiro, Ipea, dezembro de 1997). O artigo, por sua vez, relata parte dos esforços iniciais de uma pesquisa que está sendo realizada por Sônia Rocha, João Saboia e pelos autores, em que se pretende, de um lado, avaliar programas de garantia de renda mínima em execução em algumas localidades do território nacional e, de outro, verificar as condições para a criação de programas mais amplos de combate à pobreza. A pesquisa conta com apoio financeiro da Finep, e sua fase inicial realizou-se com o apoio do Ildes/Fundação Friedrich Ebert e do Ipea. Em face da exigüidade do espaço, diversos aspectos importantes, tratados no artigo, foram omitidos aqui.

2. O Relatório da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, de autoria do deputado Germano Rigotto, cita 81 projetos, dos quais oito já aprovados e sancionados. Seis deles estão em execução.

3. Até onde sabemos, esse perfil inexistente nos países que adotaram o PGRM até agora.

4. Na França, por exemplo, iniciativas locais bastante diversas precederam a lei de 1988, de âmbito nacional.

5. Charles Tiebout, "A pure theory of local expenditures", Journal of Political Economy, v. 64, outubro de 1956, p. 416-24.

6. O recurso a endividamento para financiar transferências equivale a um aumento da carga tributária futura. Mesmo admitindo-se que o PGRM tenha o efeito de aumentar o movimento econômico – e, portanto, a arrecadação futura –, cabe notar que, sendo os municípios unidades pequenas e muito abertas, parte substancial do aumento beneficiará outras jurisdições.

7. Em países europeus, como a França, onde os beneficiários do RMI estão sujeitos a uma série de mecanismos de acompanhamento social, visando notadamente a sua reinserção profissional, defende-se hoje um grau de controle menor e mais espaçado por parte do setor público, face à ausência de resultados práticos e positivos dessa vigilância. Segundo alguns especialistas, uma maior flexibilidade, inclusive no domínio da variação da renda familiar e/ou individual, teria efeito social mais integrador, já que o mal de que sofre a maioria dos beneficiários desse programa é o desemprego crônico. Na Alemanha, na Holanda e em outros países, pelo contrário, cada vez mais são exigidas contrapartidas do tipo workfare, com a obrigatoriedade de aceitação de qualquer atividade que seja proposta aos beneficiários da renda mínima garantida, mesmo que com níveis de remuneração inferiores aos do mercado. Qualquer recusa pode significar perda temporária do benefício ou sua redução.

Será realizado de 9 a 12 de junho próximo o III Encontro Nacional de Economia Política, na Faculdade de Educação da UFF, campus do Gragoatá. Haverá duas atividades – discussões temáticas e cursos de aprofundamento. Para as mesas temáticas, os autores deverão informar, na inscrição, a mesa a que se dirigem. O prazo-limite para envio dos textos é 20/03/98 (data da postagem). Só serão aceitos trabalhos com até 90 toques por linha, corpo 12; 32 linhas por página em espaço 1,5; 20 páginas no máximo; três cópias impressas e uma em disquete em versão Word for Windows e ficha de inscrição preenchida.

MESAS TEMÁTICAS:

- 1. Metodologia e caminhos da economia. História do pensamento econômico**
Comissão científica: Eleutério Prado (USP), Gentil Corazza (UFRGS) e Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS)
- 2. História econômica. Capitalismo contemporâneo. Economia política do desenvolvimento, Economia política e socialismo. Economia, Estado e instituições.**
Comissão científica: João Machado (PUC-SP), Lenina Pomeranz (USP) e Paul Singer (USP)
- 3. Dinâmica capitalista. Valor, preços e distribuição. Economia monetária e financeira. Economia industrial.**
Comissão científica: Anita Kon (PUC-SP), Otaviano Canuto (Unicamp) e Raul Cristóvão (USP)
- 4. Políticas públicas. Economia brasileira. Mundo do trabalho. Economia e território. Economia agrária.**
Comissão científica: Fábio Sá Earp (UFRJ), Márcio Pochmann (Unicamp) e Paulo Nakatani (UFES)

Os cursos de aprofundamento abordarão: *Concorrência – valor, preço de produção e preço de mercado; Trabalho e acumulação de capital; Dinheiro de crédito e financeirização do capital; Mundialização e desenvolvimento nacional.*

Informações sobre as inscrições e/ou outras deverão ser obtidas na secretaria do Encontro, PUC-SP, Departamento de Economia, Rua Monte Alegre 984, 05014-901, São Paulo, tel.: (011) 263-0211. O Corecon-RJ está apoiando o III Encontro Nacional de Economia Política.

**QUANDO VOCÊ FOR AO BANCO DO BRASIL
USE OS SERVIÇOS EXPRESSOS
DE NOSSAS AGÊNCIAS**

**NÓS SABEMOS ECONOMIZAR
O SEU TEMPO.**

 **BANCO DO BRASIL**
o banco do Brasil

Os economistas no Rio de Janeiro: perfis masculinos e femininos

Hildete Pereira de Melo*

Cristiane Soares

André Geraldo Simões

Luciana Ribeiro da Silva**

As expressivas mudanças ocorridas no cotidiano feminino nas últimas décadas – como a escolarização crescente e a saída maciça de mulheres do espaço doméstico para trabalharem fora de casa – levaram alguns alunos do programa Capes/PET da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense a fazer uma proposta ao Corecon/RJ: investigar a "feminização" da profissão no Rio de Janeiro. O Conselho, que já estava fazendo uma pesquisa específica sobre o mercado de trabalho dos economistas, demonstrou interesse na possibilidade de que mais um estudo fosse realizado sobre o tema. Este artigo apresenta, de forma sumária, os resultados da pesquisa.

As origens da profissão de economista remontam ao século XIX, quando José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, introduziu no Brasil o ensino de economia, embora ainda mesclado com a prática comercial. O desenvolvimento da ciência econômica foi expandido em 1809, quando o Instituto Comercial incorporou a disciplina em sua grade curricular. Ao longo do século XIX, os currículos das faculdades de Direito e de Engenharia também adotaram disciplinas de economia, o que contribuiu para divulgar ainda mais esses estudos no país. Em 1902, o Instituto do Comércio foi transformado na Academia do Comércio do Rio de Janeiro, com cursos técnicos de nível médio e superior que, na verdade, foram o embrião da profissão de economista. Em 1919, nova mudança: a escola passou a ser denominada Faculdade de Ciência Política e Econômica do Rio de Janeiro, e os alunos passaram a ser graduados em ciências econômicas e comerciais.

Com as transformações ocorridas no país na década de 1930 houve uma reformulação do ensino comercial (Decreto 20.158 de 30/07/1931), desde então separado da ciência econômica. Até aqueles anos só havia três profissões com *status* liberal na sociedade brasileira: advogados, engenheiros e médicos. As demais eram consideradas de nível técnico inferior; a profissão de economista era associada ao ensino técnico-comercial. O fato dos cursos de Direito e de Engenharia terem introduzido em suas grades curriculares disciplinas de teoria econômica foi importante para o *status* dos economistas, pois advogados e engenheiros tornaram-se os grandes divulgadores dessa profissão no seio das elites brasileiras. O empenho de Eugênio Gudim foi decisivo para o processo de criação da Faculdade de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era formar os futuros servidores públicos. Na década seguinte, o governo Vargas reconheceu os economistas como profissionais liberais, atendendo uma reivindicação que o sindicato fazia desde 1935. No segundo Governo Vargas foi finalmente promulgada a Lei 1.411 (13/08/1951), que regulamentou a profissão. Desde então, os conselhos profissionais passaram a emitir a carteira profissional que sanciona o diploma superior para o exercício profissional.

Perfil dos economistas registrados no Rio de Janeiro

A identificação dos economistas registrados no Corecon/RJ ao longo de sua existência foi feita a partir da análise dos 21.341 registros profissionais do banco de dados da entidade. Quando os dados são abertos por ano de formatura, perdem-se 1.342 registros. Infelizmente, há algumas falhas de

digitação, que só poderiam ser solucionadas através de um novo cadastramento. Mesmo assim, as informações incompletas não comprometem a pesquisa. O universo do estudo totalizou 19.999 registros, com diplomas datando desde 1900 até 1996. Desses registros, 17.484 são masculinos e 2.515 femininos. Portanto, ao longo da existência do Corecon/RJ e considerando todo o estoque do banco de dados do Conselho, a taxa de participação feminina na profissão de economista é de cerca de 14,4%.

Do período anterior à regulamentação (1900-1952) constam apenas 1.529 registros, correspondendo a 1.481 homens e 48 mulheres (os números não são precisos, pois não havia registro oficial antes da regulamentação da profissão e da formação de conselhos profissionais). A ligação entre ciência econômica, negócios, dinheiro, contratos e políticas públicas afastou as mulheres do exercício da profissão, tendência que parece ser dominante até hoje. De 1953 até 1996 há 18.470 registros profissionais, dos quais 16.003 de homens e 2.467 de mulheres. Ou seja, o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e o aumento de sua escolaridade as levaram a uma taxa de participação na profissão de menos de 15,4%, se levarmos em conta os profissionais registrados na jurisdição do Corecon/RJ. Desse estoque, podem-se separar os registros ativos (dos que pagam anuidade), que atingem 14.862 profissionais (80,4%), e os inativos (dos aposentados), que correspondem aos demais. Dos economistas ativos, 12.683 são homens e 2.179 são mulheres. Portanto, a taxa de participação feminina é de 17,1% no universo dos economistas que exercem a profissão e estão registrados no Conselho.

Desde a regulamentação na década de 1950 até o final da década de 1970, o exercício da profissão expandiu-se rapidamente no Rio de Janeiro, cumprindo os objetivos dos pioneiros que haviam pensado o economista como um técnico treinado para operar o aparelho do Estado num contexto de desenvolvimento econômico, substituindo os velhos bacharéis da economia primário-exportadora. O auge dos registros profissionais acompanha o processo de industrialização por substituições de importações e a montagem do Estado desenvolvimentista. A partir da década de 1980, a crise desse Estado provoca dramática queda nos registros profissionais. É interessante observar que os dois sexos reagiram de forma diferente. Provavelmente empolgadas pelas mudanças no seu papel social, decorrentes das lutas do movimento feminista, as mulheres estavam buscando as universidades e uma profissão. Assim, a retração dos homens na década de 1980 foi acompanhada de um grande crescimento na taxa de participação feminina nos registros do Corecon/RJ; só na década de 1990 homens e mulheres apresentam uma queda similar nesses registros (Figuras 1 e 2).

Pela Figura 2 pode-se visualizar que o pico dos registros femininos ocorreu no ano de 1984, com 180 novas diplomadas. O dos homens foi em 1975, com 935 novos registros. Os homens entraram na profissão no auge do "Brasil grande" do regime militar, na etapa final do processo de substituições de importações, e as mulheres, numa reação atrasada, em plena crise da dívida de 1982/83 e no início da *débauche* do Estado desenvolvimentista. Esse aumento da participação feminina na profissão de economista é coerente com o movimento geral das mulheres no mundo, buscando novos papéis na sociedade.

No banco de dados do Corecon/RJ há uma informação instigante, que não

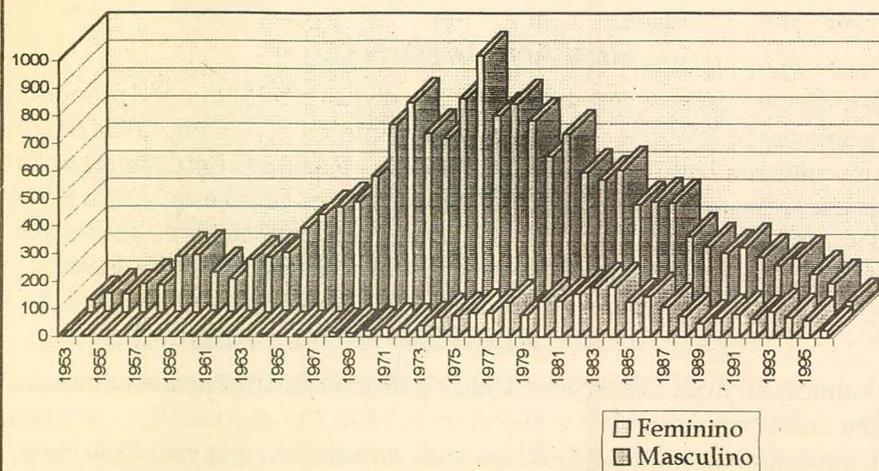
Figura 1. Corecon/RJ – Totais de Registros Profissionais (1953/1996)

Período	1953/59	1960/69	1970/79	1980/89	1990/96	Total
Homem	805 (278)	2830 (1862)	7181 (5589)	4085 (3524)	1102 (1064)	16003 (14862)
Mulher	8 (1)	70 (55)	648 (554)	1270 (1080)	471 (463)	2467 (2179)

Fonte: Corecon/RJ

* Os dados entre parênteses correspondem à classificação ativo

Figura 2. Corecon/RJ – Total dos Economistas Registrados 1953/1996



Fonte: Corecon/RJ

foi possível analisar com profundidade. Nas fichas cadastrais, há um item referente ao exercício da profissão; surpreendentemente, apenas 12,8% dos registrados declararam exercer a profissão. Mais interessante ainda foi constatar que as mulheres têm uma taxa de participação mais alta que os homens; 21,2% dos registros femininos são de economistas que declaram exercer a profissão, para apenas 11,6% dos registros masculinos. Uma leitura simples desses números permite concluir que não se sabe muito o que seja "exercer a profissão", tornando-se necessária uma investigação mais profunda a respeito dessa questão.

A Figura 3 mostra a distribuição por sexo e faixa etária dos economistas registrados. Nota-se que os homens apresentam um perfil mais velho, estando mais concentrados na faixa etária de 36 a 56 anos; as mulheres são cerca de dez anos mais jovens, estando entre 27 a 46 anos; 34% dos homens nasceram na década de 1940 e 28% na de 1950; a distribuição das mulheres é diferente: 40% nasceram na década de 1950 e 32% na de 1960. Esse perfil etário expressa a entrada tardia das mulheres na profissão. Infelizmente, não foi possível obter dados semelhantes para o ano dos registros dos diplomas, o que mostraria a estratégia de cada um dos sexos quanto ao exercício da profissão e poderia esclarecer se as mulheres terminam mais jovens o curso superior.

Figura 3. Corecon/RJ – Total dos Registros Profissionais Faixa Etária e Sexo

Data Nasc.	Total M	Total F	Total M + F
< 1910	128	1	129
1911-1920	386	4	390
1921-1930	1058	17	1075
1931-1940	2660	92	2752
1941-1950	5703	430	6133
1951-1960	4681	1009	5690
1961-1970	1851	809	2660
1971-1980	147	147	294

Fonte: Corecon/RJ

Origem dos diplomas

Os registros do Corecon/RJ permitem conhecer a origem dos diplomas dos economistas, embora existam cerca de 26,4% de registros no qual esse item está em branco. Dos 73,6% que declaram a faculdade de origem, cerca de 8% cursaram Ciências Econômicas em outros estados da federação ou no exterior. As faculdades de Ciências Econômicas da Candido Mendes, da Gama Filho e da UFRJ respondem, respectivamente, por 12%, 10% e 9% do total dos economistas registrados no período. Com taxas de participação menores aparecem a UERJ (6%), a SUESC (5,5%) e a UFF (5,0%). Esse conjunto de escolas foi responsável por aproximadamente 47,8% dos diplomas registrados no Corecon/RJ nesse período. Quando se consideram apenas os economistas ativos, a taxa de participação sobe para 54,4%. O fato de haver um número tão grande de registros incompletos prejudica uma análise mais acurada do ensino de economia. Fazendo-se um corte entre escolas pertencentes a universidades e faculdades isoladas, obtém-se a seguinte classificação: (a) universidades: Gama Filho e UFRJ detêm quase 50% do total dos registros; (b) faculdades isoladas: a Candido Mendes responde por 40,8% dos diplomas registrados. Seguindo-se o critério de público/privado, observá-se que os oriundos das universidades públicas possuem a maioria dos registros (59%) e nelas as mulheres tendem a se formar com mais frequência. Mas, se considerarmos conjuntamente universidades e faculdades, vemos que as mulheres se formam mais em escolas particulares, diferentemente dos homens, que tendem a se formar em escolas públicas.

A pesquisa mostra que a economia é uma profissão masculina. A evolução do número desses profissionais no Rio de Janeiro está intimamente ligado ao processo de desenvolvimento da economia brasileira. A industrialização e a formação do aparelho de Estado foram responsáveis pela expansão da profissão na região fluminense e no Brasil, embora não tenhamos trabalhado com informações nacionais. Mas, a partir da década de 1980, observa-se um desinteresse pela profissão: o número de registrados cai vertiginosamente, embora não no mesmo ritmo para os dois sexos. Não há dúvida de que houve um arrefecimento do interesse pela profissão.

* Orientadora do trabalho e tutora do Programa Capes/PET/Economia.

** Alunos bolsistas do PET e autores do trabalho "A questão de gênero na profissão de economista", do qual se originou este artigo. Agradecemos ao Corecon/RJ por ter fornecido os dados que possibilitaram esse estudo, bem como o empenho dos seus funcionários no decorrer da pesquisa.

CADASTRAMENTO

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos na edição anterior, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicarmos um Guia de Economistas Consultores. Para se cadastrar basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o preenchimento do formulário, procure a Secretaria de Registro e Fiscalização do Corecon.

FORUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

Reformulamos e ampliamos a quantidade de informações contidas na coluna municipal. Agora, sob responsabilidade do Forum Popular do Orçamento, acrescentaremos os dados do acompanhamento do processo orçamentário. Deste modo, acreditamos estar contribuindo para melhorar a qualidade da informação.

DESCASO

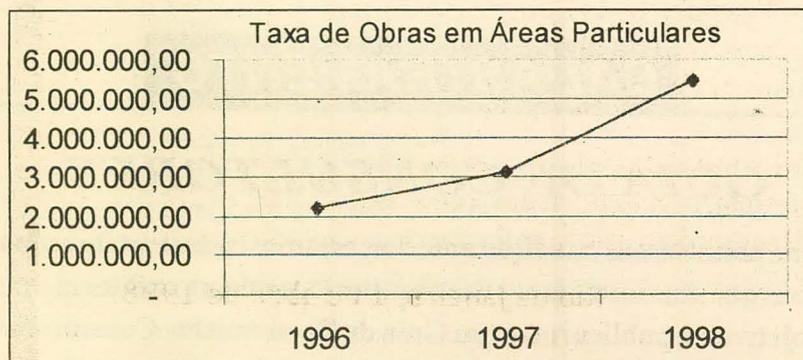
Em 1996, por iniciativa da Câmara Municipal, foi incluído no orçamento de 1997 um novo programa de trabalho (PT nº 1803.13754283.046) no Fundo Municipal de Saúde destinado a MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DE UNIDADES DE TRATAMENTO INTENSIVO (UTI) NEONATAL com dotação de R\$ 1.029.500,00. No primeiro semestre do exercício financeiro foram cancelados R\$ 400.000,00 através do dispositivo do remanejamento. Até o final do ano passado não foi constatada nenhuma execução orçamentária. No início deste ano dezenas de bebês morreram em hospitais municipais por falta de assepsia e pessoal, situação agravada pela superlotação. Independentemente da discussão sobre a responsabilidade dos governos estadual e federal a não-execução do programa de trabalho proposto em 1996 teve consequência direta sobre as mortes.

DESMORONAMENTO DO EDIFÍCIO PALACE II

Os vereadores JANUALDO BORGES DA MARDIL, RUY CEZAR e WILSON LEITE PASSOS apresentaram projetos procurando aumentar a fiscalização das obras particulares (Projeto de Lei Complementar nº25/98, Projeto de Lei nº655/98 e Projeto de Lei nº656/98). Já o vereador ELIOMAR COELHO solicitou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a situação dos empreendimentos imobiliários sem habite-se, como, por exemplo, o próprio prédio da prefeitura.

Em tempo:

Existe no Código Tributário Municipal a Taxa de Obras em Áreas Particulares, que tem como fato gerador o exercício regular, pelo Poder Público Municipal, de **autorização, vigilância e fiscalização da execução de obras** e da urbanização de áreas particulares. O recolhimento desse tributo proporcionou e proporciona valores significativos (vide gráfico). Assim sendo, a tragédia supracitada dificilmente aconteceria se a prefeitura carioca cumprisse a Lei, ou seja, oferecesse a contrapartida dos recursos recebidos.



REMANEJAMENTO

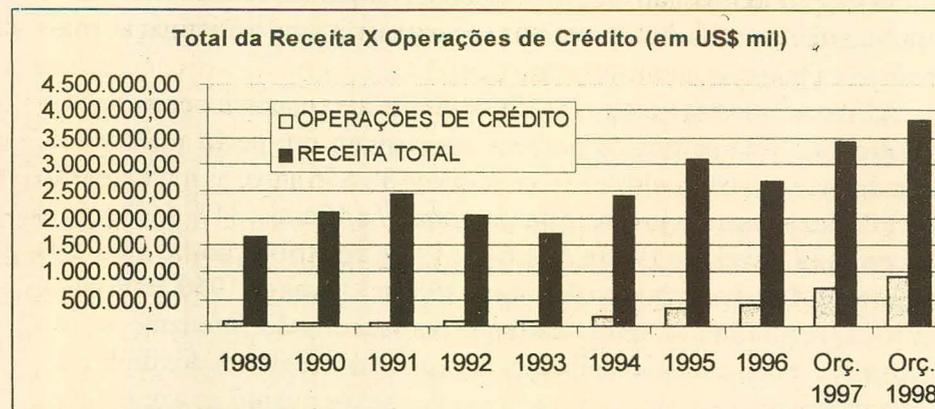
A prefeitura carioca apresentou Projeto de Lei nº678/98 onde propõe o deslocamento de R\$2.231.000,00 do pagamento da dívida em favor de 70 projetos culturais (?) do Instituto de Arte e Cultura – Rioarte. O fim da autorização prévia para remanejamentos proporciona discussões como esta. Até aí nada demais. Mas cabe questionar: foi mal estimado o pagamento da dívida? E que projetos são estes? Será possível a reedição do polêmico *réveillon* de 96?

ALERTA

A prefeitura enviou três projetos de lei solicitando autorização para contratação dos seguintes empréstimos:

1. Projeto de Lei nº682/98 – R\$980 mil, via BNDES, para estudo do Plano de Transporte de Massa;
2. Projeto de Lei nº683/98 – US\$60 milhões, via BIRD, para implantação do Programa de Atendimento à Primeira Infância;
3. Projeto de Lei nº684/98 – R\$600 mil, via BNDES, para consultoria de gestão para serviços de saneamento básico.

Independente do mérito do destino dos empréstimos, as contratações em si merecem uma consideração especial, tendo em vista o crescimento da participação das operações de crédito na composição das receitas municipais verificado nos últimos tempos (vide gráfico).



Para novas informações e envio de críticas e/ou sugestões para esta coluna:
 CORECON Av. Rio Branco, n.º 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ
 CEP: 20054-900 - Tel.: 2240578 - FAX.: 2210958 E-mail:
 coreconrj@ax.apc.org
 A/C de LUIZ MÁRIO (Conselheiro)

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS
 – O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de Abril/98.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o orçamento carioca, as reuniões do FORUM POPULAR DO ORÇAMENTO acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. As reuniões são abertas a participação de qualquer cidadão.

Manifesto do Rio de Janeiro

A Constituição do Brasil faz 10 anos. Promulgada em 5 de outubro de 1998, a Lei Fundamental da República comprometeu-se, em sua intenção e em suas formas, com a dignidade da pessoa humana, com a cidadania, com a solidariedade entre os homens e com a participação política livre e plural de todos os cidadãos na definição das políticas públicas e na gestão da coisa pública.

Dez anos de vigência da Constituição não foram bastantes, contudo, para tornar efetiva, sequer possível, a concretização dos princípios democráticos ou o aperfeiçoamento das instituições voltadas à sua realização.

Ao contrário. As grandes lutas pela restauração do Estado Democrático de Direito, encetadas pelos cidadãos brasileiros nas décadas de setenta e de oitenta e que culminaram com a convocação do Congresso Constituinte, vêm sendo, reiteradamente, afrontadas pela ação do Poder Público, especialmente pelo Poder Executivo.

O Presidente da República, desnudando vocação despótica, tornou-se fonte de normas impostas à sociedade pela via de uma pletora de medidas provisórias editadas sem qualquer respeito aos seus pressupostos constitucionais e, ademais, sistematicamente reeditadas, o que é a antítese da natureza destas providências. O que é mais grave é que ele próprio já havia confessado, por antecipação, que a desabrida expedição de medidas provisórias implicava que, desta maneira, só havia um "poder de verdade, o do presidente", donde poder-se-ia esquecer de falar "em democracia" (artigo republicado em 14/03/98). Nada a estranhar, pois, que o Executivo venha sendo a principal matriz de propostas de alterações constantes e radicais do sistema constitucional democrático promulgado em 1988.

A Constituição da República não foi ainda inteiramente regulamentada em uma década de vigência, mas já recebeu dezoito emendas constitucionais além daquelas de revisão. Dispositivos não regulamentados, portanto, não aplicados, experimentados e analisados em sua pertinência política, social e econômica foram objeto de mudança e de supressão.

Atendendo comandos internacionais, as mudanças propostas ou entronizadas no sistema constitucional, em grande parte, agridem a soberania nacional, como na matéria relativa à ordem econômica, desatendem a salutar tradição republicana brasileira, como se deu com a emenda da reeleição, contrariam os princípios basilares da Democracia e da República, como na matéria relativa à Administração Pública. Pior ainda, direitos fundamentais sociais, conquistados por força de lutas seculares dos brasileiros, são extintos por normas independentemente de se cumprirem os ditames referentes ao processo constituinte de reforma, além de serem aniquilados por uma orientação econômica que, conscientemente, gera gravíssimo e crescente desemprego em flagrante contradição com o art. 170, VIII, segundo o qual é obrigatória a adoção de política voltada à "busca do pleno emprego".

A fragilização da soberania nacional é realçada em propostas de emenda como a da supressão constitucional da matéria relativa ao sistema financeiro, que é deixado à atuação do Poder Executivo sem normas ou pautas jurídicas específicas, menos ainda garantidoras das instituições públicas e privadas brasileiras.

A fragilização da Democracia mostra-se na desconstitucionalização continuada, na desregulamentação das matérias que a sociedade lutou para considerar objeto do Direito e, mais ainda, do Direito Fundamental.

O despedaçamento da Constituição, neste aniversário de sua primeira década de vigência, acabará por completar-se se for acolhida a proposta de emenda destinada a permitir sua revisão sem observância do processo de reforma previsto no art. 60, da Lei Maior. Tal revisão constitui fraude constitucional inaceitável, afrontosa à ação e à obra do constituinte que elaborou e promulgou a Constituição-cidadã a que se referiu Ulysses Guimarães.

Rompê-la, agora, com uma revisão atípica, inusitada e contrária às normas referentes ao poder reformador significa atacar de morte a promessa de democracia que nela repousa. Afinal, ainda na palavra de Ulysses Guimarães, "a Constituição durará com a Democracia". Se não dura aquela é que o detenedores do Poder não se comprometem com esta.

A Constituição do Brasil não apenas começa com o homem, como o Presidente do Congresso Constituinte alertava em sua apresentação, mas tem nele o seu fim. Faz retratar a sua alma no princípio da dignidade por ela contemplado e a sua essência na esperança que a perpassa em um Brasil melhor e mais justo com todos os brasileiros. Por isso ela foi apelidada de Constituição-cidadã.

A nós, cidadãos crentes no Brasil e fiéis aos ideais democráticos, a continuidade da luta para cumprir o dever de organizarmos e fazermos valer o direito à Constituição e a esperança da Democracia, se não para nós, para os que vierem depois de nós, brasileiros de um futuro que se avizinha mais pródigo ou mais hostil segundo o que formos capazes de realizar agora.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1998.

Instituto dos Advogados Brasileiros
Dr. Hermann Assis Baêta - Presidente

Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro
Prof. João Paulo de Almeida Magalhães - Presidente

Instituto de Defesa das Instituições Democráticas - IDID
Dr. Celso Antônio Bandeira de Mello - Presidente

Associação dos Juizes Federais do Brasil
Dr. Vilson Dairós - Presidente



Antônio O desempre

Embora reconheça grandes méritos no plano de estabilização do Plano Real, o Jornal dos Economistas, reafirma suas críticas à condução da política econômica. Para ele, a combinação de altos juros e câmbio fora do lugar é insustentável. Mas adverte: "Já perdemos a oportunidade de desvalorizar o Real. O Delfim mostra que a situação do comércio exterior brasileiro é crítica. A hipótese de um "estrangulamento [externo] instantâneo" pode levar ao crescimento e termina de forma otimista em relação às possibilidades de recuperação.

"Fico espantado quando ouço o governo dizer que estamos crescendo há cinco anos seguidos. É uma patacoada. Nossa taxa de crescimento vem caindo, com o déficit externo aumentando. O que se perdeu de produto nesse período é muito significativo. (...) Estamos fazendo uma aposta de altíssimo risco. De repente, um fato externo pode destruir tudo."

Jornal dos Economistas: Qual sua avaliação sobre o Plano Real?

Delfim Netto: Estamos vivendo os desdobramentos de um plano de estabilização feito com imaginação e competência, extremamente bem-sucedido. Inspirando-se nas formas como se combateu a inflação depois da Primeira Guerra Mundial, com a introdução de moedas indexadas, o Real obteve resultados superiores aos planos que foram postos em prática nos últimos anos em países como Israel, México e Argentina. Acho que ele vai ser objeto de estudo não só aqui, no âmbito da nossa própria história econômica, mas em todo o mundo.

Há, porém, um problema: o plano foi tão bem-sucedido que interditiou o debate sobre as conseqüências não desejadas que tem trazido para a economia brasileira. O pensamento hegemônico ocupou todos os espaços e joga qualquer crítica na vala comum onde estão os que, supostamente, não valorizam a estabilidade da moeda. É uma bobagem. Como se não bastasse, o governo gasta R\$ 1,1 milhão – dez mil salários mínimos – por dia em publicidade, concentrada no financiamento dos noticiários das redes de televisão. A manipulação da imprensa chegou à beira do inacreditável.

JE: Que balanço se pode fazer da trajetória recente da economia brasileira?

Delfim: Como ocorre com todos os planos de estabilização baseados em âncora cambial, produziu-se no início, ainda em 1994, uma enorme expansão da atividade econômica: a produção passou de um nível igual a 100 para 120 em

seis meses. Recuperou-se um pedaço da senhoriagem, o sistema de crédito se recompôs, os produtos importados ficaram baratos. Ao mesmo tempo, o governo prometeu para a agricultura preços mínimos remuneradores, crédito, taxas de juro subsidiadas e equivalência preço-produto. O resultado foi uma enorme expansão da safra. Na época da colheita, porém, todo o suporte foi cortado, provocando uma queda de 25% nos preços agrícolas, com um ganho correspondente na renda das populações urbanas. O brasileiro foi ao paraíso: preços cadentes, produção crescente, emprego em expansão, financiamento bancário disponível.

Em março de 1995, como resultado da crise mexicana, houve uma primeira confusão. A alteração no câmbio, naquela ocasião, foi uma barbearagem monumental. Os juros foram elevados e, do ponto de vista da economia real, começou a tragédia. A inflação continuou declinando, mas o nível de atividade também não parou de cair. Os banqueiros, que tinham financiado a expansão, perceberam que seus clientes ficariam inadimplentes, pois estavam expostos a custos crescentes e rentabilidade cadente. Resolveram cobrar tudo da forma mais rápida possível. Um banqueiro pode fazer isso, mas todos juntos, não. Instalou-se a crise bancária. A partir daí, só tivemos um *stop and go* perverso, que vem desenhando, no tempo, um plano inclinado. O Plano Real alinhou o Brasil com a tendência mundial de uma inflação em queda, mas ao custo de reduzir sistematicamente nossa taxa de crescimento (figura 1).

Delfim Netto: O jogo é a âncora do Real

Delfim Netto, Deputado Federal (PPB/SP), em entrevista ao JORNAL DOS ECONOMISTAS, sobre a política econômica, que vem impedindo o país de crescer. "O jogo do produtor brasileiro condições isonômicas para competir. Se tentarmos isso hoje seremos puxados pelo nariz." "O mais preocupante do que normalmente se pensa e não afasta o país de um puxão de orelhas nos economistas que não valorizam as potencialidades do Brasil.

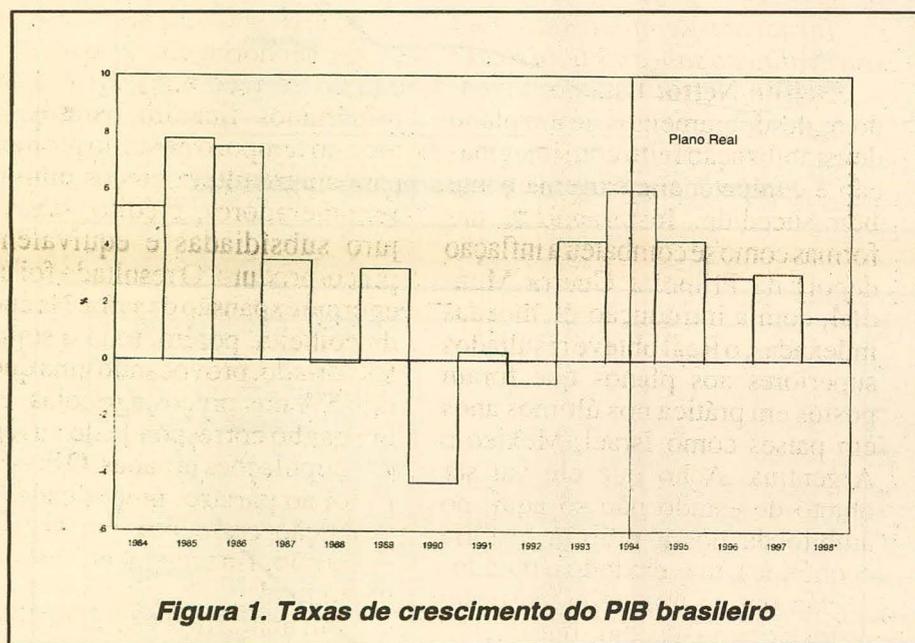


Figura 1. Taxas de crescimento do PIB brasileiro

JE: Essa redução não é anterior ao Plano?

Delfim: Não. Superadas as maluquices do presidente Collor, nosso crescimento entrou em franca recuperação, ainda na primeira metade dos anos 90. Quando o Real foi implantado, estávamos crescendo 4,5% ao ano. Daí para a frente, a taxa só caiu, até atingir em 1998 – quem sabe – 1,5%, com o déficit externo aumentando. Fico espantado quando ouço o governo dizer que estamos crescendo há cinco anos seguidos. É uma patacoada. O que se perdeu de produto nesse período é muito significativo.

JE: Qual foi o principal erro na condução do Plano?

Delfim: Foi um erro, a meu ver, desnecessário. Uma taxa de juros espantosa garantiu a atração de grande quantidade de capital estran-

geiro e permitiu a valorização da nossa moeda. Para justificar isso, o governo usou um argumento fantástico: dólar e feijão são a mesma coisa, e os preços de ambos são determinados pelo jogo de oferta e demanda. Esqueceu de dizer que era ele quem determinava a oferta.

O governo acha que a valorização do câmbio aumenta a competitividade. É falso. Também é falsa a idéia de que uma desvalorização cambial sempre produz inflação. Câmbio é uma variável endógena da economia. Mas, cada vez que fazemos essa crítica, eles respondem: "Vocês querem um câmbio subvalorizado, uma desvalorização..." Não se trata disso. Já perdemos a oportunidade de desvalorizar, há um ano e meio, quando tínhamos reservas mais confortáveis e o sistema financeiro estava líquido. Naquele contexto, deveríamos ter ampliado a banda e

deixado que a taxa flutuasse. Se tentarmos isso hoje, seremos puxados pelo nariz.

JE: Qual a margem de manobra do governo nesses processos?

Delfim: O governo convenceu a sociedade de que não pode, ou não deve, fazer nada, porque o mercado virou uma espécie de deus. É sempre melhor deixá-lo funcionar. Perfeito, desde que funcione a nosso favor. Pois o mercado é um instrumento formidável de alocação. O que ninguém mais pergunta é: quem faz o mercado?

Muitas vezes, de fato, o mercado pode decidir, se houver livre flutuação. Pode ter havido um choque de produtividade aqui, melhorado a relação de troca ali, crescido a competitividade do setor de *tradeables*... Então, o dólar flutua. Mas não vivemos um processo desse tipo. Nosso câmbio valorizou simplesmente porque pusemos os juros lá em cima e o governo posou de vítima.

JE: Quais as conseqüências?

Delfim: Os economistas do governo são muito mais neoclássicos do que eu. Deveriam acreditar que existe uma taxa de câmbio real que – combinada com políticas monetária, fiscal e microeconômica – produz equilíbrio interno e externo. Esse equilíbrio pressupõe que nossas taxas de juros reais e de inflação sejam parecidas com a dos nossos concorrentes; que estejamos utilizando plenamente nossos fatores de produção no curto prazo; e que nosso déficit em conta-corrente seja sustentável no longo prazo. Satisfazemos apenas uma dessas condições: nossa inflação caminha para a média mundial. Nas demais, estamos longe de uma situação de equilíbrio.

JE: Se a valorização do câmbio foi desnecessária, e mesmo contraproducente, o que provocou o aumento na produtividade da economia brasileira?

Delfim: O fato mais importante para nossa economia, nos últimos anos, foi a abertura, que ocorreu durante o governo Collor. É triste

dizer isso, porque sabemos que esse governo foi um problema grave, complicadíssimo. Mas é a pura verdade. Em 1990, as alíquotas de importação foram dramaticamente rebaixadas, expondo a economia à competição. A abertura foi essencial para o aumento da produtividade, embora viesse combinada com sobrevalorização do câmbio e com atos de loucura em matéria de tarifas. Os erros foram imensos. As tarifas não foram usadas como instrumentos de política industrial, mas como instrumentos de vingança contra os produtores brasileiros. Abrimos nosso mercado no momento em que praticávamos taxas de juros absurdas. Passamos a importar produtos que seriam pagos em 18 a 24 meses com taxas de juros de 6% a 7% ao ano, quando o produtor brasileiro tinha de enfrentar juros de 30% e só podia dar prazo de um mês.

Boa parte da quebradeira das nossas empresas não teve nada a ver com produtividade. Resultou, simplesmente, de erros dramáticos de política econômica, que levaram meses para serem corrigidos. Pois nosso Estado é um dinossauro, dotado de um rabo longo e um cérebro pequeno. Você põe fogo no rabo dele e a informação leva quinze minutos para chegar ao cérebro. Quando ele reage, mexe o rabo para o lugar errado.

JE: Mesmo assim, o Sr. considera a abertura tão importante?

Delfim: A abertura, em si, é positiva, desde que se dêem condições isonômicas para que empresários e trabalhadores brasileiros suportem a competição. O grave é que não demos a eles essas condições. Desde a Guerra Civil americana, nos tornamos exportadores de algodão e chegamos a ocupar o segundo lugar nesse produto. Em poucos anos nos transformamos no primeiro importador mundial. Por quê? Porque a tarifa foi zerada num momento em que a taxa de juros real era de 40%. A Argentina, beneficiada pela valorização do câmbio e com taxa de juro real de 6%, passou a ser uma grande exportadora de

algodão para o Brasil. Nossos produtores não pioraram. Tiramos deles as condições de competir e, como conse-qüência, deixamos sem emprego 250 mil trabalhadores agrícolas. Como as cidades não os absorvem, eles estão tentando voltar para a terra. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) não cresceu a partir do nada. Bastou uma pequena mudança para que a produção de algodão se expandisse outra vez.

JE: Como esse processo deveria ter sido gerenciado?

Delfim: Poderíamos ter feito uma abertura correta, garantindo condições isonômicas. Partimos de um superávit comercial de cerca de US\$ 13 bilhões. Seria razoável conviver com um déficit de US\$ 2 bilhões ou US\$ 3 bilhões durante alguns anos. Nesse período, daríamos aos nossos produtores taxas de juros iguais às dos seus concorrentes e definiríamos uma tarifa única, de 10% a 15%, que compensasse o custo diferencial do Brasil. Tarifa única, sem exceções. Apareceria um déficit em conta-corrente. Mas a abertura levaria entre um e dois anos para surtir seus efeitos. Nesse intervalo, nossas exportações teriam que avançar.

Em vez de fazer isso, abrimos desordenadamente, de forma tumultuada, bem ao jeito do governo Collor, que provavelmente nem sabia direito o que estava fazendo. Hoje, somos forçados a bater em retirada. Estão de volta, em grande estilo, os controles administrativos das importações. As gavetas estão cheias de processos parados.

JE: Como os economistas do governo vêem essa situação?

Delfim: A rapaziada acredita em dois postulados falsos. O primeiro: a valorização do câmbio produz competitividade, quando é a abertura que a produz. O segundo: num mundo em que há livre movimentação de capitais, o déficit em conta-corrente deixa de ter importância, pois sempre existirá alguém disposto a financiá-lo. Portanto, não haveria mais restrições pelo lado do balanço de pagamentos. Ora, quem vive essa situação são os Estados Unidos, pois o mundo permanece até agora disposto a financiá-los. A nós, não. A evolução recente da economia mundial já tornou insustentável esse segundo postulado. Com o susto de outubro de 1997, alguns galos viraram pintos...

JE: O Sr. afirmou que o baixo crescimento é uma decorrência do modelo atual. Qual a possibilidade, então, de se combater o desemprego?

Delfim: Só a retórica oficial impede que as pessoas vejam que a âncora do Real é o desemprego. Ele é parte essencial da política econômica atual. Como não quer manobrar a taxa de câmbio, o governo só pode manobrar o crescimento do produto. Faz isso através das taxas de juros, reduzindo o crescimento.

Recentemente, as autoridades descobriram o problema, mas acabaram logo com ele. O presidente reuniu o ministério, deu sugestões e comunicou à imprensa que não se deve tocar mais no assunto. O desemprego sumiu. Abram os jornais, vejam a televisão. Ninguém fala mais. Agora, o desempregado chega em casa e está arriscado a apanhar da mulher e dos filhos: "Todos arranjaram emprego, menos você!"

JE: O Sr. é cético em relação aos programas governamentais contra o desemprego?

Delfim: Vamos falar sério: nosso PIB está crescendo 1,5%. A população aumenta um pouco menos (1,4%), mas a oferta de força de trabalho cresce de forma muito mais acelerada (em torno de 2,7%), porque estão entrando no mercado de trabalho os jovens que nasceram há quinze ou vinte anos. Podemos admitir que a produtividade média esteja crescendo em mais ou menos 3,5%. Portanto, o PIB precisaria crescer 6,2% ao ano apenas para absorver os recém-chegados ao mercado de trabalho, mantendo o estoque de desemprego atual.

Isso é grave. Não adianta inventar moda, como a do "desemprego tecnológico", que seria decorrente da mudança de qualidade na administração das empresas e nos investimentos. Em alguma medida essas mudanças existem, mas é um fato elementar que toda produção gera uma demanda correspondente. Na medida em que aumentamos o nível do produto, ampliamos o leque de demanda e novas oportunidades de investimento surgem. É assim que a economia funciona, inclusive na concepção neoclássica, que leva essa idéia a um extremo quase religioso. Segundo ela, tudo isso seria feito, permanentemente, em estado de pleno emprego.

JE: Que alternativa se pode visualizar?

Delfim: A única forma de sair dessa situação é produzir um grande esforço exportador. Comparemos as curvas (figura 2): o Brasil fez a abertura em 1990, ela levou um ano amadurecendo, com a montagem das redes de comercialização, e depois acelerou as importações. O gráfico dá impressão de que nossas expor-

tações também estão crescendo vigorosamente. Só vemos que isso não é verdade quando separamos as exportações em *quantum* e em preços (figuras 3 e 4). Pelo primeiro indicador, nossas vendas externas estão praticamente estagnadas. Mas temos tido uma sorte louca: os preços das nossas exportações estão subindo e os das importações caindo, ambos de forma muito acelerada. O que explica o desempenho agregado da figura 2 é esse efeito-

preço, ou seja, a mão de Deus. As relações de troca do Brasil melhoraram 40% entre 1993 e 1997.

Estamos diante de condições excepcionalmente favoráveis. Em dólar real, o petróleo custa hoje 1/10 do que custava em 1982; a taxa de juros é de 6%, contra 21% naquela época. Mesmo assim, teremos em 1998 um déficit em conta-corrente superior a US\$ 30 bilhões. Imaginem se houver um movimento em falso... Estaremos perdidos.

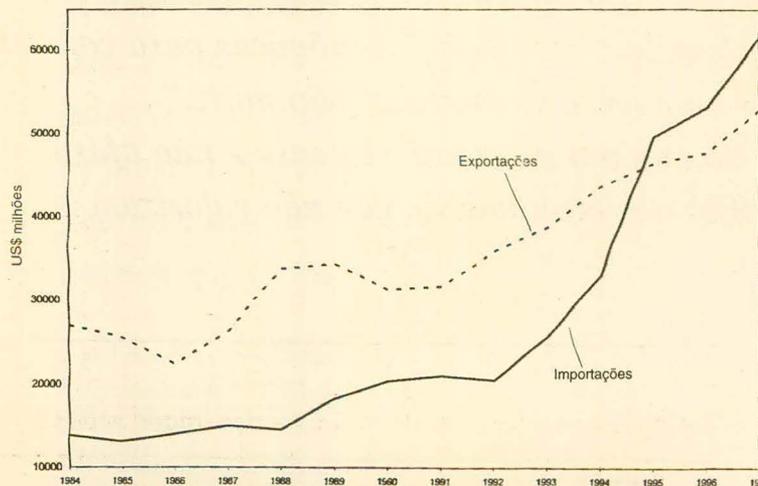


Figura 2. Importações e exportações brasileiras

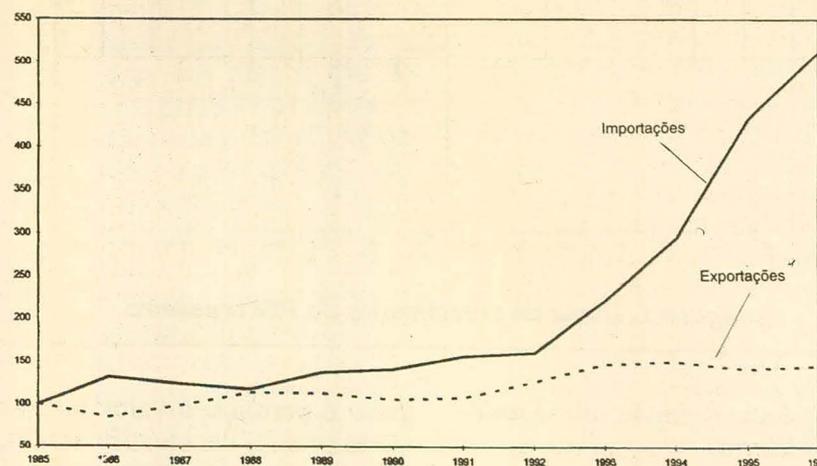


Figura 3. Importações e exportações brasileiras (quantum)

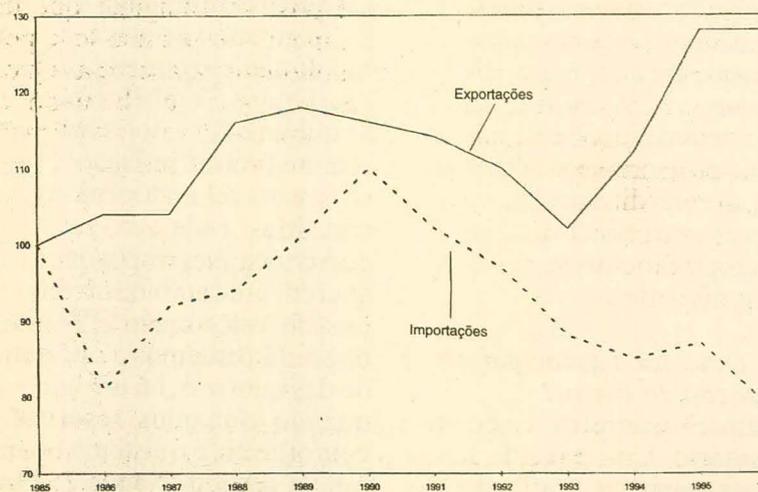


Figura 4. Importações e exportações brasileiras (preços)

JE: Estamos numa armadilha?

Delfim: Hoje, o crescimento da importação andam juntos (figura 5). Nossas exportações dependem dos preços externos, pois em quantidade estão praticamente estagnadas, enquanto as importações dependem do nível

exporta para lá. Ganham fortunas, mas o brasileiro paga US\$ 3.500,00 a mais por um carro comum!

JE: Como o Sr. vê as privatizações nesse contexto?

Delfim: Sou a favor das privatizações. Mas, é só ver o que ocorre

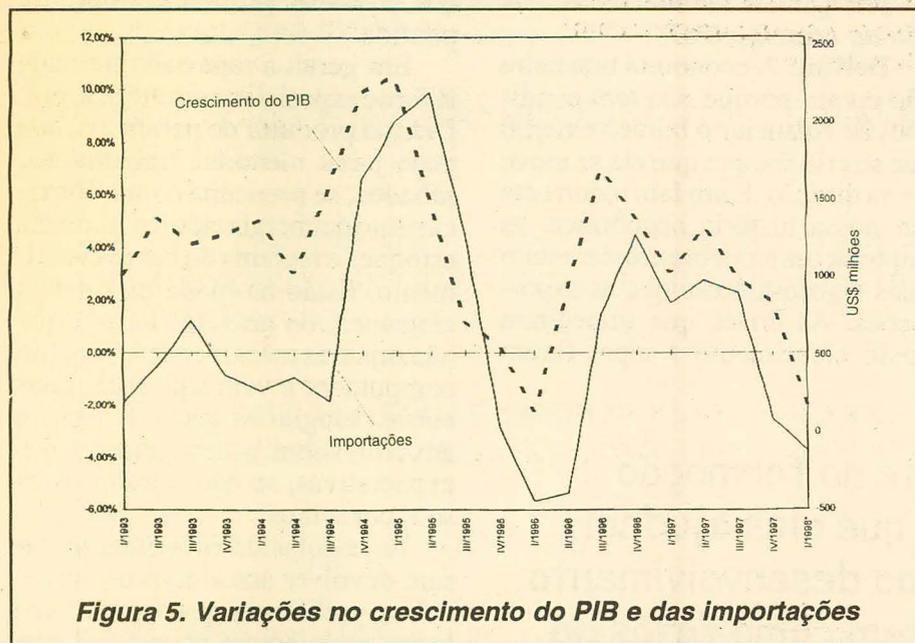


Figura 5. Variações no crescimento do PIB e das importações

de renda. Quando a renda interna começa a crescer, a conta-corrente caminha para uma situação insustentável. Esta é a armadilha.

JE: O governo não vê isso?

Delfim: Vê, mas só pensa na reeleição. Faz um discurso frágil, centrado nos supostos efeitos das reformas constitucionais, enquanto tenta fechar os canais de volatilidade que podem surgir entre julho e agosto. Quer ultrapassar as eleições para depois pensar no assunto de outra maneira, talvez usando o "saco de maldades" em 1999.

O governo tenta – e, em geral, consegue – criar expectativas favoráveis. A expectativa atual é a seguinte: enfrentaremos um buraco grande nos dois próximos anos, mas poderemos cobri-lo, pois temos muita coisa para vender. Nesse intervalo produziremos um salto nas exportações, graças aos investimentos extraordinários que estão sendo feitos. Aí retomaremos o crescimento, deixaremos o câmbio flutuar e traremos a taxa de juros para um nível próximo do internacional, pois o risco Brasil terá diminuído e a sobrevalorização cambial desaparecido. É um blefe! Só existem investimentos significativos no setor automobilístico, que foi beneficiado com a mais espantosa tarifa efetiva que o mundo já viu. Permitimos que se criassem indústrias semelhantes no Brasil e na Argentina, com ambos os países dando todos os subsídios a elas. As empresas se instalam; uma exporta para cá, outra

depois, para perceber que algo está errado. Não se pode usar o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), administrado pelo BNDES, para financiar empresas que distribuem lucros astronômicos aos seus acionistas, lucros tão grandes que parecem incluir pedaços do patrimônio. Os novos donos de ex-estatais estão usando esses recursos para liquidar suas contas em outras freguesias. O BNDES financia a Light com dinheiro do trabalhador brasileiro e a Light faz uma generosa distribuição de lucros que engorda ainda mais os gatos gordos da França.

No caso da Companhia Vale do Rio Doce, os novos controladores vão pagar em três anos o investimento que fizeram. Se não estão distribuindo patrimônio, isso mostra que a empresa foi vendida por menos da metade do preço justo. Não é possível imaginar que um investimento desses não leve pelo menos oito anos para se pagar. Quem diz essas coisas é chamado de dinossauro, como se a privatização valesse a pena a qualquer preço. Isso não é verdade. Ela tem que ser controlada pela sociedade.

Além disso, sugiro que paremos de inventar coisas absurdas. O governo federal somou à sua receita os R\$ 17 bilhões que arrecadou com as privatizações. Ao fazer isso, um déficit primário equivalente a 0,67% do PIB se transformou de repente em um superávit de 1,54%. Evidentemente, estamos diante de uma brincadeira...

JE: Quais as perspectivas de futuro?

Delfim: Com boa dose de sorte, um suporte externo ainda razoável e um patrimônio excelente, estamos nos divertindo. Somos o maior perú disponível no mundo. As taxas de retorno de quem comprar partes da Telebras ou da Eletrobras serão fantásticas, pois está em jogo o controle sobre um mercado interno precioso. Não sou contra isso. Se eles tiverem mais competência que nós, se souberem administrar, tudo bem. Mas precisamos prestar atenção. Cada centavo que entra agora corresponde depois a uma remessa permanente. As remessas estão subindo. Há um grande silêncio em torno do nosso passivo externo líquido, que cresce mais depressa que o PIB.

JE: Como ele tem evoluído?

Delfim: Somando investimento direto, dívida externa, portfólio, etc., esse passivo já está em torno de US\$ 300 bilhões. Dá aos credores uma remuneração anual que não pode ser inferior a 7%. Logo, gastaremos mais de US\$ 20 bilhões por esse lado. Se somarmos nosso déficit comercial atual, chegaremos facilmente a mais de US\$ 30 bilhões de déficit em conta-corrente. Isso significa que o passivo externo tem crescido 10% ao ano, enquanto a economia cresce a 3%. O passivo pode atingir 50% do PIB nos próximos anos. Haja estatal para vender! O risco que corremos para financiar esse processo é imenso e crescente, principalmente porque dependemos de fatores sobre os quais não temos controle. Infelizmente, os preços das nossas exportações cairão algum dia, pois é assim que as coisas funcionam. Se o quantum não estiver subindo, teremos um estrangulamento instantâneo.

Algo semelhante acabou de ocorrer com a Coreia, cuja quebra, ao contrário do que se pensa, não decorreu num primeiro momento da situação do sistema bancário. Simplesmente, as exportações coreanas, que cresciam 25% ao ano, caíram 2% em 1996. O país tinha uma grande concentração de exportações em semicondutores, cujos preços despencaram. As empresas exportadoras ficaram insolventes e o circuito se interrompeu.

Jornal dos Economistas: Isso pode acontecer conosco?

Delfim: É provável que aconteça, pois estamos fazendo uma aposta de altíssimo risco. Podemos pagar todos os preços que ela exige e, de repente, um fato externo pode destruir tudo.

JE: Que cenário deveríamos perseguir para minimizar a possibilidade de crise?

Delfim: Seria aceitável um déficit em conta-corrente da ordem de 2% do PIB, que se somasse à poupança interna. Hoje, temos déficits gêmeos: o da conta-corrente está na casa dos 4% do PIB; e o fiscal está sendo financiado em boa parte pelo setor privado, externo e interno. Dizer que esses déficits estão sendo investidos é balela. Raciocinando de forma otimista, dívidas, transportes, seguros e outras rubricas geram US\$ 25 bilhões de déficit em serviços. Temos cerca de US\$ 2 bilhões enviados pelos brasileiros que trabalham no Japão. Para manter sob controle o passivo externo líquido, com um déficit em conta-corrente da ordem de 2%, seria necessário gerar um superávit comercial de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões. Como estamos com um déficit de US\$ 6 bilhões, a virada na área comercial precisa ser de US\$ 14 bilhões. Mesmo assim, se não fizermos um ajuste fiscal, o governo continuará comendo todo o excedente. Temos que fazer as duas coisas.

JE: Como fazê-las?

Delfim: Pondo o Brasil para funcionar! Pelo lado externo, se acreditamos no sistema de preços, só há um jeito: transformar a exportação no setor mais rentável e menos arriscado da economia brasileira, como fizemos no passado. Isso não significa câmbio desvalorizado, que tem os mesmos inconvenientes alocativos de um câmbio valorizado. Precisamos de um câmbio de equilíbrio, ou seja, um câmbio que produza um déficit sustentável em conta-corrente. Juntamente com as políticas fiscal, monetária e microeconômica, ele deve sustentar o equilíbrio interno e externo da economia.

No front interno, se o Brasil crescer 6% durante dois anos seguidos, sem aumentar despesas, caminhará facilmente para o equilíbrio. O presidente Clinton, por exemplo, não produziu milagre nenhum. Com a economia americana crescendo 4%, qualquer orçamento do mundo se acerta. Se houver uma nova situação em que a taxa de crescimento caia para 2%, ele terá que buscar de novo na sociedade o superávit que está querendo distribuir agora. Temos experiência disso. Programas que visam a produzir equilíbrio fiscal só dão certo em regimes de crescimento rápido. Caso contrário, resta o corte sucessivo de despesas. Ele tem limites muito claros, até porque, quanto mais as despesas

são cortadas, menor o crescimento do produto.

JE: Quais os graus de liberdade da nossa política econômica?

Delfim: Sou cético. Não estamos caminhando bem: hoje, precisamos manter os juros altos; eles corroem o orçamento e produzem baixo crescimento, de modo que tudo se reforça. A cobra mordeu o rabo. Nossa situação é mais delicada do que parece. Somos reféns do mercado financeiro e temos mais um ano e meio de patrimônio para queimar. Podemos nos deparar com uma situação de volatilidade muito antes disso. Falar em política econômica, hoje, é pura conversa. O governo faz o que agrada ao sistema financeiro. Os banqueiros ditam o que querem. Leiam os relatórios: pedem um grande esforço de redução do déficit público. Estamos de acordo. Mas não querem redução nos juros. Ora, os juros é que estão estourando o déficit!

JE: Como baixá-los?

Delfim: Taxa de juro interna é igual à taxa de juro externa mais o risco Brasil mais a expectativa de desvalorização cambial. É uma equaçãozinha que ninguém viola. Só poderemos mexer nos juros internos quando a expectativa de desvalorização cambial diminuir e as condições sustentarem um "risco Brasil" menor. Este não é um problema simples, que possa ser resolvido mecanicamente. Não existe a possibilidade de reduzir instantaneamente os juros, após uma flutuação cambial.

JE: O crescimento das reservas, que se observa nesse início de 1998, não é um sinal positivo?

Delfim: Esse crescimento só significa que o sistema de preços funciona. Pusemos a maior taxa de juros do mundo. Portanto, é natural que todo capital vagabundo venha para cá. O Banco Central emitiu US\$ 40 bilhões em papéis da dívida pública indexados ao dólar. Além disso, vendeu entre US\$ 10 bilhões e US\$ 12 bilhões no mercado futuro, violando todas as regras da BMF, na certeza de que não há Congresso nem Tribunal de Contas atuantes. Ou seja, vendeu as reservas. O governo diz que isso não tem importância, pois, se houver desvalorização de 20%, perderemos "apenas" dois bilhões que vão ser honrados em Reais. Mas, nesse contexto, o que as pessoas vão fazer com os Reais? Comprar dólares, é claro! A venda de papéis em dólar só revela que a confiança no Real diminuiu. Os riscos de uma crise estão sendo socializados.

JE: Haverá uma queda nas amortizações em 1998...

Delfim: É verdade. Com a crise mexicana, os prazos das operações financeiras realizadas em 1995 se encurtaram. Por isso, tivemos em 1997 vencimentos concentrados, com US\$ 28 bilhões em amortizações. Neste ano, pagaremos menos, entre US\$ 14 bilhões e US\$ 15 bilhões. Mas em 1999, provavelmente, enfrentaremos outra alta. Poderemos rolá-las, é claro, desde que ofereçamos taxas de juros atraentes. Estamos em um sistema que tende a ampliar sua instabilidade: os mesmos juros que permitem rolar a dívida destroem nosso orçamento e debilitam nossa capacidade de crescimento.

A outra restrição freqüentemente apontada é a qualidade da mão-de-obra, que na média só tem 3,9 anos de educação formal. Ora, entre 1900 e 1980, com essa mão-de-obra, fomos o país que mais cresceu no mundo ocidental!

JE: Qual a verdadeira restrição ao crescimento?

Delfim: A economia brasileira não cresce porque não tem condições de financiar o buraco externo que se cria sempre que ela se move nessa direção. É um fato recorrente em nossa história econômica: as importações tendem a crescer muito mais vigorosamente que as exportações. As crises que impediram nosso crescimento sempre foram

.....

"A sociedade investe na formação de economistas para que eles ajudem a afastar as restrições ao desenvolvimento, e não para que as aceitem como fatos da natureza. Para dizer que não tem jeito, não precisamos de economistas."

.....

JE: Como sair disso?

Delfim: Não tenho a pretensão de dar receitas. O próprio governo já entendeu, que só se rompe isso através das exportações. Se conseguirmos mostrar que elas podem crescer cerca de 11% ao ano em termos físicos (não em valor), não haverá motivos para maiores preocupações. Isso foi possível no passado e é possível hoje, pois há fatores disponíveis em abundância.

JE: Há poupança disponível?

Delfim: A idéia de que a poupança é a restrição à retomada do crescimento brasileiro é duvidosa. Quem diz isso pensa que estamos partindo do zero, ou que estamos em pleno emprego, ou que a poupança é feita pelo Espírito Santo. Poupança se faz no processo produtivo. Quanto mais reduzimos a taxa de crescimento, menor é a poupança. No mundo inteiro, a experiência mostra que, quando há fatores disponíveis, a poupança não precede o crescimento, mas é posterior a ele. Como se não bastasse, agora se diz que para aumentar a poupança é preciso privatizar a Previdência Social. Estou esperando que me mostrem um estudo empírico que comprove isso. É claro que estimular a Previdência privada não é um mal. Mas os chilenos adotaram esse caminho e estão cheios de dúvidas.

crises externas. Devolvemos esse mal ao Brasil ao conquistarmos o bem da estabilidade com uma política cambial equivocada.

JE: O Sr. gostaria de dizer algo, especificamente, para o público de economistas do nosso jornal?

Delfim: Os economistas, em geral, perderam de vista o seu verdadeiro desafio. Quando eu estava na escola, só havia um problema: crescer. Estudávamos teoria de preços para obter a alocação adequada ao crescimento. Estudávamos macroeconomia para formular uma política de controle fino, voltada para o crescimento. Como professor de teoria do planejamento, eu ensinava Kalecki, Lange e outros, para falar de crescimento. Todo o nosso problema girava em torno desse tema. Hoje se diz: vocês não ligavam para a inflação. Mentira: no período de mais rápido crescimento deste país, a inflação foi sendo reduzida aos poucos. Depois, tivemos duas grandes dificuldades que ainda precisam ser estudadas com cuidado: as crises do petróleo e o ajuste americano.

O problema do crescimento desapareceu da cabeça dos economistas brasileiros educados em escolas americanas. Eles perderam o verdadeiro objeto a que deveriam

se dedicar. Nos livros modernos de macroeconomia, o crescimento está ausente ou aparece apenas no último capítulo, em geral como apêndice. Mesmo nesses casos, os textos passam ao largo das características próprias do desenvolvimento de um país como o Brasil, de modo que o nosso problema continua perdido.

Em geral, a rapaziada treinada lá fora é especialista em arbitragem. Detesta produtor de parafusos, que pede juros menores, trabalha aos sábados, se preocupa com o fornecimento de energia elétrica, gerencia estoques e reclama do baixo crescimento. Estão na moda os sujeitos elegantes, de gravatas largas, que não sujam as mãos, vendem papel no computador e vêm aqui fazer duas coisas: elogiar as taxas de juros e advertir sobre a deterioração das expectativas, se não seguirmos os seus conselhos.

As escolas de economia precisavam devolver aos alunos os verdadeiros problemas que temos. Não tenho nada contra as pessoas que vão para o mercado financeiro e vivem de arbitragens. Mas é um absurdo atrair as maiores inteligências brasileiras para o mercado de arbitragem, como ocorre hoje, e ensinar a elas que o produtor de parafusos é um cható, um suspeito de alta traição ao "mercado". Separar dessa forma a economia real e a economia nominal, monetária, é uma degeneração trágica.

Temos que devolver para os economistas o problema essencial de sua profissão. A estabilidade da moeda é fundamental, para criar as condições do crescimento. Não é um fim em si mesmo. A sociedade investe na formação de economistas para que eles ajudem a afastar as restrições ao desenvolvimento, e não para que as aceitem como fatos da natureza, nem para que as inventem. Para dizer que não tem jeito, não precisamos de economistas.

JE: O Sr. é otimista quanto à nossa capacidade de retomar o crescimento?

Delfim: Completamente. Vamos ultrapassar tudo isso e voltar a crescer 6%. O Brasil é um país fantástico, com uma economia gigantesca. Não é a oitava economia do mundo à toa. A sofisticação da nossa indústria é muito maior que a de qualquer país que tenha renda *per capita* semelhante à nossa. Absorvemos tecnologia com rapidez, em todos os setores, e temos condições de crescer. Só não crescemos porque transformamos o não-crescimento na âncora do Real. Esta é nossa única restrição.

PUBLICAÇÕES DA CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da CEPAL em sua biblioteca, no horário das 13 às 17hs, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado será o dólar das Nações Unidas (US\$ 1,137 para o mês de abril) e as publicações que não estiverem disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

• **ECONOMIC SURVEY OF LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN 1996-1997** – US\$ 50.

• **DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL Y DISTRIBUCIÓN DEL PROGRESO TÉCNICO: UNA RESPUESTA A LAS EXIGENCIAS DEL AJUSTE ESTRUCTURAL**, Francisco Albuquerque, 1997, 118p. US\$ 8.

• **LA GRIETA DE LAS DROGAS: DESINTEGRACIÓN SOCIAL Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA**, 1997, 218p. US\$ 10.

• **REVISTA DE LA CEPAL n° 63**, 1997. US\$ 10.

• **BALANCE PRELIMINAR DE LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1997**, 64p. US\$ 8.

• **AMÉRICA LATINA: TABLAS DE MORTALIDAD 1950-2025**, 1998, 345p. US\$ 6.

• **ESTUDIO ECONÓMICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE 1996-1997**, 349p. US\$ 50.

• **NOTAS SOBRE LA FAMILIA COMO UNIDAD SOCIOECONÓMICA**, Carlos A. Borsotti, 1978, 2ª ed. 1984, 60p. US\$ 6.

• **EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA Y SUS REPERCUSIONES EN LA EDUCACIÓN. ALFABETISMO Y ESCOLARIDAD BÁSICA**, 1982, 246p. US\$ 8.

• **LA ECONOMÍA DE AMÉRICA LATINA EN 1982: EVOLUCIÓN GENERAL, POLÍTICA CAMBIARIA Y RENEGOCIACIÓN DE LA DEUDA EXTERNA**, 1984, 104p. US\$ 6.

• **BASIC CONCEPTS OF MARITIME TRANSPORT AND ITS PRESENT STATUS IN LATIN AMÉRICA AND THE CARIBBEAN**, 1987, 114p. US\$ 6.

• **AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: DINÁMICA DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO**, 1995, 167p. US\$ 8.

• **CIUDADANÍA Y DERECHOS HUMANOS DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS**, 1997, 124p. US\$ 6.

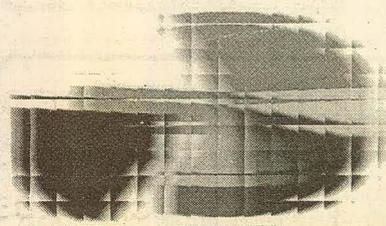
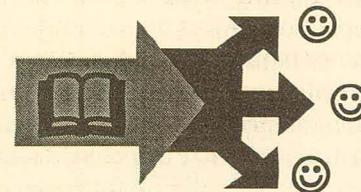
• **HACIA NUEVAS MODALIDADES DE COOPERACIÓN ECONÓMICA ENTRE AMÉRICA LATINA Y EL JAPÓN**, 1986, 233p. US\$ 8.

Doação de Livros

A campanha Doe Livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento, promovida pelas entidades dos economistas – CORECON-RJ, IERJ e SINDECON – está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas – economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias).

A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato

com a bibliotecária
Ester Oliveira Teixeira,
das 13h às 17hs, na
Biblioteca Eginardo Pires.



Fácil.
Muito Fácil!

ESPRI

A maneira mais fácil de realizar Pesquisas Quantitativas de Marketing

Até hoje os usuários de programas de análise de pesquisas tinham poucas alternativas. Dispunham apenas de simples tabuladores ou de complexos programas cujo uso adequado exigia um longo aprendizado. O ESPRI (Easy System for Performing Reserach Investigation) vem preencher essa lacuna.

Desenvolvido na Nova Zelândia pela Information Tools Ltd., o ESPRI hoje está presente em mais de 60 países, possibilitando a seus usuários poderosas e sofisticadas ferramentas de análise interativa de dados, tudo disponível com um simples clique do mouse:

- Tabulação de dados conjugada com AutoGraphing, um sistema inteligente de criação dos mais variados tipos de gráfico (inclusive mapas de análise de correspondência).
- What's Different e Describe: para análise multivariada das diferenças entre quaisquer segmentos de interesse
- Mapping: para mapeamentos conceituais
- Segmentation: com um moderno algoritmo para a segmentação dos consumidores
- Forecasting: onde um sistema especialista interno identifica o modelo mais adequado para efetuar as previsões

Livre-se dos seus 'dongles'. Venha para o sistema que é fácil e tira dos seus dados a informação que eles podem dar. Para ter suas bases de dados no ESPRI, contate: Luiz Sá Lucas ou Andréa Braga - **Tel: 55 21 507-3305/508-8598 - Fax: 55 21 232-6808** - E mail: ids@mi.montreal.com.br



IDS
Interactive Data Systems

Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Holanda, Alemanha, Nova Zelândia, Austrália, Malásia, Canadá, Brasil, África do Sul, Suécia

Sistema de Orçamento Integrado para a Avaliação de Empresas – ORÇIN (Prospectivo) e Sistema de Análise de Demonstrações Financeiras – ANABAL (Restrospectivo)

PROF. ALUIZIO DOS SANTOS COSTA

De 4 a 29 de maio/98 • Das 13h às 16h
Local: Av. Augusto Severo, 306-A - Glória/RJ

Objetivo: O Sistema ORÇIN, é um Sistema desenvolvido em planilhas eletrônicas de processamento de dados, Microsoft Excel e até mesmo em Lotus para Windows e tem como objetivo básico processar, de forma integrada e automatizada, os dados e informações econômicas e financeiras prospectivas das empresas, bem como de seus projetos econômicos de investimento. Pretende também tornar mais confortável e eficaz a tarefa de elaborar as projeções financeiras globais de projetos e empresas para os analistas financeiros. Já o Sistema ANABAL procura expor e sistematizar os princípios e métodos básicos de análise financeira dos Demonstrativos Contábeis das empresas, indispensáveis para que o analista venha a emitir o seu parecer com base em um Relatório Financeiro de Análise.

Inclui: Disquetes com Sistemas/Aplicativos, Manuais e apoio ao usuário.

Custo: P/sócios das entidades e empresas associadas – R\$ 1.300,00
Outros – R\$ 1.650,00.

Informações: As inscrições deverão ser feitas na Av. Rio Branco, 109/19º andar, tel. (021) 224-0578 e 509-1077.

POLÍTICAS PÚBLICAS – CURSOS DO ILPES

O Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES) das Nações Unidas e a Escola Nacional de Administração (ENA), da França, estão com inscrições abertas até 17 de abril para o curso de *Políticas Públicas: Transparência na Gestão*, que será realizado no Chile de 18 a 29 de maio deste ano. O enfoque didático permitirá uma participação ativa em seminários e simulações e os temas estarão divididos em dois módulos: 1) **Gestão pública estratégica e Estudos de casos de centros gestores de políticas públicas.** O curso exige dedicação exclusiva e os formulários para inscrição deverão ser obtidos em Brasília, no setor comercial norte, quadra 2, bloco A, 7º andar, telefone (061) 329-2000/2001. O programa está à disposição dos interessados na biblioteca do CORECON-RJ.

Outros cursos serão oferecidos nos próximos meses: *Diseño de políticas y evaluación de proyectos de seguridad ciudadana* (7/8/98 a 4/9/98); Reformas económicas y gestión pública estratégica (30/10/98 a 4/12/98); Preparación, evaluación y gestión de proyectos de desarrollo local (25/9/98 a 30/10/98) e Desarrollo y gestión local (30/10/98 a 4/12/98). Todos serão realizados no Chile e informações poderão ser obtidas no endereço acima de Brasília ou diretamente no ILPES (Casilla 1567, Santiago, Chile), fax 56-2-2066104 ou enviar e-mail para pdecock@eclac.cl.

CURSO DE INFORMÁTICA

As entidades de economistas do Rio de Janeiro (IERJ, Corecon/RJ e Sindecon/RJ), firmaram convênio com a **CURSOS TREINAMENTO EM INFORMÁTICA** para oferecer cursos mais baratos para os associados.

Os cursos terão duração de 24 horas, com aulas duas vezes por semana, em diversos horários. Os pacotes oferecidos são: **Windows 95, Word e Excel.**

Por cada curso o custo é de R\$ 120,00
(inclui apostila e disquete de demonstração)

Início: 05 de maio de 1998

Horário: 1º Turno – 8h20min. às 10h20min. (3ª e 5ª feiras)
2º Turno – 16h às 18h (3ª e 5ª feiras)
3º Turno – Somente Excel – 18h10min às 20h10min
(2ª e 4ª feiras) – Início 04 de maio.

Local: Avenida Augusto Severo, 306-A – Glória

Inscrições e Informações: sede do IERJ – Avenida Rio Branco, 109/19º Centro – Tels.: 509-1077 / 224-0578

MATEMÁTICA FINANCEIRA I

PROFESSOR NELSON LE COQ

Período: 04 a 05 de maio de 1998 • Horário: 08:30h às 11:30h
Local: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

PROGRAMA:

- Valor do dinheiro no tempo. Conceitos iniciais de juros e fluxos de caixa;
- Juros simples; valor, atual fórmula geral para operações com taxas de juros simples. Taxas proporcionais, nominais e efetivas; operações com juros antecipados e postecipados. Desconto comercial e desconto bancário. Método hamburguês, cálculo dos juros nos cheques especiais;
- Sistema americano e sistema de amortizações constantes;
- Juros compostos: cálculo do valor dos juros, do montante e do valor atual. Fórmula geral;
- Taxas proporcionais e taxas nominais e efetivas; taxas reais e aparentes;
- Estudo do fluxo de caixa: Comparação entre alternativas de investimento;
- Anuidades. Tabela Price. Fator de formação de capital. Planos de financiamento. Planos com carência. Prestações intermediárias. Identificação de taxas reais de juros em diferentes planos;
- Valor atual líquido.
- Taxa interna de retorno.

P/Sócios do IERJ – R\$ 150,00

P/Estudantes Sócios do IERJ – R\$ 130,00

P/Sócios do Corecon/RJ, Sindecon/RJ e

Empresas Associadas – R\$ 180,00

Valor Total: R\$ 220,00

Promoção: IERJ/CORECON/SINDECON

Mais informações na secretaria do IERJ: 224-0578 e 509-1077

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Curso Intensivo de Teoria Econômica
Elaborado segundo programa oficial

ANPEC

Experiência comprovada
Alto índice de aprovação

Mais tempo de aulas pelo menor preço

Período: março a outubro

Apoio: CORECON-RJ/SINDECON-RJ

Informações na secretaria do IERJ

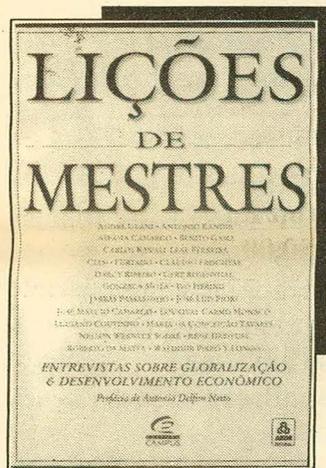
Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

Tels. (021) 509-1077 ou 224-0578



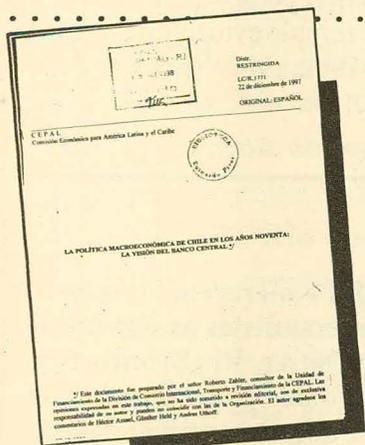
A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos, de Aurélio Vianna Jr. (org.). Artigos de Adhemar Mineiro (presidente do Corecon/RJ), José Antônio Pereira de Souza e Marcos Arruda, Sérgio Haddad, Adriano de Oliveira Soares e Sérgio Sauer, Stephen Schwartzman e Aurélio Vianna Jr., publicados pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (telefone: 061-226-8093; fax: 061-226-8042; E-mail: rbrasil@brnet.com.br). Os textos analisam documentos, até aqui inéditos (publicados como anexo no próprio livro), em que o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento definem suas estratégias para os empréstimos a serem concedidos ao Brasil, vinculando-os a temas como reformas econômicas, "ajustes estruturais" e projetos de investimento. É um material de grande valor para quem quiser compreender a atuação dessas instituições multilaterais em nosso país.

Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa, coletânea de 11 dos melhores ensaios de Alfred D. Chandler Jr., organizada por Thomas K. McCraw. O conjunto de textos mostra como são as grandes organizações hoje e permite conhecer o comportamento das 50 maiores indústrias norte-americanas – Standard Oil, U.S. Steel, American Tobacco, etc. Desde 1946, Chandler escreveu artigos, resenhas e teve três livros premiados: *Escala e escopo*, *Estratégia e estrutura* e *A mão visível* (este último ganhou os prêmios Pulitzer, Bancroft e Thomas Newcomen). Editora Fundação Getúlio Vargas.



Lições de mestres – entrevistas sobre globalização & desenvolvimento econômico, prefácio do deputado Delfim Netto. Entre os entrevistados, Antônio Kandir, Celso Furtado, Gert Rosenthal, Darcy Ribeiro, José Márcio Camargo, Luciano Coutinho, Lourival Carmo Mônaco, Nelson Werneck Sodré, José Luís Fiori, Maria da Conceição Tavares, René Dreifuss, Waldimir Pirró y Longo, Cláudio Frischtak. As entrevistas foram publicadas originalmente na revista *Rumos do Desenvolvimento*, editada pela Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE) entre 1993 e 1996. O livro foi publicado pela Editora Campus/ABDE.

Comércio internacional e câmbio, de Bruno Ratti, 9ª edição. Especialista em comércio exterior e professor de economia internacional, o autor dividiu o livro em quatro partes: noções básicas de economia monetária; pagamentos internacionais e suas modalidades, mercado de câmbio, balanço de pagamentos e evolução do sistema monetário internacional; principais aspectos do comércio internacional e suas vantagens, os INCOTERMS e o regime aduaneiro brasileiro e, finalmente, a integração econômica internacional tanto sob a óptica dos organismos reguladores (GATT, OMC, Unctad), quanto dos blocos atualmente existentes – Aladi, União Européia, Nafta e Mercosul. Edições Aduaneiras.



La política macroeconómica de Chile en los años noventa: la visión del Banco Central, documento preparado por Roberto Zahler, consultor da Unidade de financiamento da Divisão de comércio internacional, transporte e financiamento da Cepal. O autor pretendeu analisar a formulação, execução e os resultados da política macroeconômica levada a cabo pelo Banco Central do Chile, no primeiro quinquênio dos anos 90. Publicação da Cepal, à venda na biblioteca do Corecon-RJ como vários outros títulos.

LIVROS EM VENDA DIRETA

Lançamento

O Manifesto Comunista 150 anos depois
208 páginas
Daniel A. Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

O pensamento chinês - 416 p.
Marcel Granet
Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo
Guy Debord - 240 p.
Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.
Kwame Anthony Appiah
Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bourdieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
Preço com desconto: R\$ 25,00

A parte e o todo - 288 p.
Werner Heisenberg
Preço com desconto: R\$ 20,00

A formação do espírito científico - 316 p.
Gaston Bachelard
Preço com desconto: R\$ 20,00

CONTRAPONTO

Tel. / fax (021) 275-0751
Caixa postal 56066
Rio de Janeiro, RJ
CEP 22292-970
e-mail:
contraponto@rio.nutecnet.com.br

Universidade Federal Fluminense

Título: *"Estimação de Riqueza Interna e Reproduzível: Brasil 1970-95"*.

Autor: Lucilene Morandi.

Orientador: Prof. Antônio Luis Licha.

Banca examinadora: Prof. Eustáquio Reis (IPEA) e Prof. Marcelo Neri (UFF).

Tese: Mestrado – Agosto/97.

Resumo: Esta tese tem por objetivo apresentar a estimativa do estoque de riqueza interna, tangível e reproduzível do Brasil, no período 1970/95. A estimativa é feita com base no Método do Estoque Perpétuo, utilizando como fonte de dados primários, preferencialmente, as Contas Nacionais (IBGE). Mostramos que os dados estimados são compatíveis com as diversas fases do desenvolvimento econômico brasileiro, e com estimativas feitas para outros países que utilizam métodos semelhantes.

Título: *"A Macroeconomia da Teoria da Regulação: uma Análise do Projeto Regulacionista"*.

Autor: Miguel Antônio Pinho Bruno.

Orientador: Profa. Angela Ganem.

Banca examinadora: Profa. Carmen A. do V. C. Feijó e Prof. João L. M. Sabóia.

Tese: Mestrado – Setembro/97.

Resumo: Esta dissertação empreende uma análise crítica do projeto teórico regulacionista, desde suas origens na França, em meados dos anos 70, com o objetivo precípuo de delimitar suas contribuições à macroeconomia contemporânea. Nesta direção, o presente trabalho também esclarece pontos controvertidos da concepção de regulação *vis-à-vis* a concepção convencional de equilíbrio neoclássico, quando se trata de explicar a dinâmica macroeconômica, considerando-se endógenos os arranjos institucionais e organizacionais, assim como a recorrência das crises estruturais. Propõe, inclusive, uma nova maneira de ler e entender a Teoria da Regulação. O método utilizado é o descritivo-analítico, embasado por forte conteúdo epistemológico, o que garante maior fundamentação, quando o objetivo estudado é, ele mesmo, uma construção teórica extremamente rica e complexa.

Título: *"Nem Terciarização, nem Evasão Industrial. A Economia de Santo André: 1988/1995"*.

Autor: Miguel Anderson Heredia de Sá.

Orientador: Prof. Jacques Kerstenetzky.

Banca examinadora: Profa. Angela Ganem e Prof. Luciano Galvão Coutinho (UNICAMP).

Tese: Mestrado – Novembro/97.

Resumo: Em nosso trabalho procuramos refutar a proposição de que o município de Santo André esteja passando por uma transformação em seu perfil econômico, como suspeitam algumas lideranças locais. O fundamen-

to dessa preocupação, por parte dessas lideranças, reside no fato de que nos últimos tempos algumas instalações fabris foram substituídas por empreendimentos comerciais ou prestadores de serviços.

Título: *"Determinantes Econômicos da Evolução da Estrutura Fundiária no Brasil: uma Proposta de Avaliação"*.

Autor: Guilherme de Azevedo Mendes Correa Guimarães.

Orientador: Prof. Carlos Enrique Guanzioli.

Banca examinadora: Prof. Gervásio Castro de Rezende e Prof. Bastiaan Phillip Reydon.

Tese: Mestrado – Dezembro/97.

Resumo: A dissertação analisa as principais características da oferta agrícola, destacando o papel da propriedade da terra. A hipótese central é que a estrutura fundiária tem cumprido um papel importante no desenvolvimento agrícola brasileiro, justificando-se esta proposição através de uma avaliação empírica.

Título: *"Alta Inflação, Hiperinflação e Política de Estabilização no Brasil 1985/1990: uma Interpretação Pós-Keynesiana"*.

Autor: Alexandre Ottoni Teatini Salles.

Orientador: Profa. Carmem Aparecida do V. C. Feijó.

Banca examinadora: Prof. Antônio Luis Licha e Prof. Rogério Arthmar.

Tese: Mestrado – Dezembro/97.

Resumo: A dissertação apresenta uma resenha crítica da literatura existente sobre hiperinflação, desenvolvendo especialmente a teoria pós-keynesiana. Com esse arcabouço teórico estuda-se o processo inflacionário brasileiro destacando as principais características da hiperinflação acontecida nos anos 1989 e 1990.

Título: *"Desenvolvimento Econômico e Política Comercial no Chile 1974/1996"*.

Autor: José Luiz Ramos Duarte.

Orientador: Prof. Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado.

Banca examinadora: Prof. Antônio Luis Richa e Prof. Carlos Aguiar de Medeiros.

Tese: Mestrado – Dezembro/97.

Resumo: O autor discute a relação entre política comercial e desenvolvimento no Chile no período de 1973 a 1997. A hipótese sustentada é de que o desenvolvimento econômico deu-se a partir do padrão clássico de crescimento oriundo das exportações. Em especial, durante as décadas de 1980 e 1990, quando as medidas que afetaram o comércio internacional chileno foram de caráter pragmático, com um exemplo evidente das exportações. O trabalho é dividido em três etapas: 1973-1982; 1982-1990; 1990-1997.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – CORECON-RJ, SINDECON e IERJ – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. Em dias alternados, o Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 265-2535) ou na do CORECON (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578). Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

Mais de 5.500 usuários!

O Corecon-1ª Região-RJ, o Sindecon e o Ierj estão integrados à maior rede de informações do mundo desde dezembro de 1996. Os milhões de usuários que usam a Internet já podem navegar em **Economistas on line**. Nossa *home page* traz informações ligadas à profissão do economista, diversas opções para pesquisa, *links* importantes e interessantes e os últimos acontecimentos ligados ao aperfeiçoamento profissional. Para conhecer o *website* basta acessar <http://www.economistas.com.br>.

Entendemos nossa página como uma possibilidade a mais para prestar serviços e fornecer informações úteis. A *home page* foi pensada e desenvolvida para você, associado, e para todas as empresas registradas no Corecon. Estamos, como diz o jargão da rede, "em construção", para adicionarmos sempre a sua sugestão ou avaliarmos a sua crítica.

A intenção é possibilitar, aos associados, acesso às atividades do Conselho Regional de Economia, do Instituto dos Economistas e do Sindicato dos Economistas. Em **Economistas on line** você encontrará o Banco de Empregos para a colocação ou recolocação do profissional no mercado de trabalho, análises econômicas, as três últimas edições integrais do *Jornal dos Economistas*. Além, é claro, do campo de Atendimento ao Economista, onde estão à disposição as resoluções mais importantes do Conselho Federal de Economia, a legislação básica, o novo Código de Ética, benefícios e muitas outras informações.

Os "botões" da *home page* levam você a campos específicos. Estamos esperando sugestões. Contribua. Acesse **Economistas on line**, tire suas dúvidas, solicite serviços, atualize seu endereço, informe-se.

On-Line

Economistas
On Line

Estatísticas Econômicas | Jornal dos Economistas | Agenda de Eventos | Atendimento a Economistas | Endereços Interessantes

Bolsa de Empregos | Análises Econômicas

Bem-vindo ao nosso site! Conheça as entidades que mantêm este espaço:

Corecon
1ª Região-RJ

Sindecon
Rio de Janeiro
filial à CUT

IERJ

13º Congresso Brasileiro de Economistas

DEPARTAMENTOS DE ECONOMIA NO EXTERIOR

NOVIDADES (atualização semanal)

Sinta-se à vontade para nos enviar suas sugestões:

corecon1@ex.spc.org, sindecon@embratel.net.br, ierj@ex.spc.org

Você é nosso visitante **05952**

Conheça nosso provedor:

AlterNex

Data da última atualização 10/04/98

Equipe responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel Gonçalves Barbosa, Beatriz Bonfim, Márcio Minamura e Wellington Ziotta(webmasters)

FAIXA LIVRE

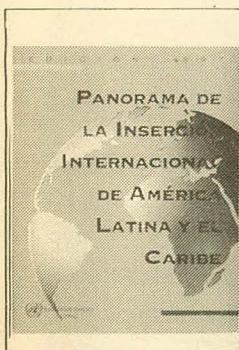
FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30 às 9 horas. Apresentado por Alvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1360. No **FAIXA LIVRE** a liberdade de imprensa não é um mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

Como aderir e navegar na Internet

Os associados do Corecon-RJ, Sindecon e IERJ podem aderir ao sistema AlterNex, do Ibase. O Conselho Regional de Economia firmou contrato com a empresa e está oferecendo condições favoráveis: 30 horas mensais por apenas R\$ 35,00, mais taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00. Para tanto, basta solicitar e entregar na sede do Corecon-RJ (Av. Rio Branco 109, 19º andar, Secretaria de Assuntos Institucionais, tel. 224-0578) um formulário para efetuar o cadastro e aguardar o retorno do provedor que enviará as informações necessárias para o acesso. A fração de hora excedente custa R\$ 2,00. E por falar em Internet, mais de 5 mil pessoas já acessaram <http://www.economistas.com.br>, o site dos economistas. Clique, navegue e envie sugestões.

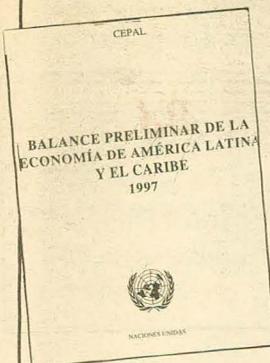
ENTIDADES DOS ECONOMISTAS DIVULGAM PANORAMAS DA CEPAL E LANÇAM LIVROS

O "Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe-1997" e o "Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe" publicados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe serão divulgados pelo CORECON-RJ, IERJ e SINDECON no próximo dia 23 de abril, a partir das 18h 30m, no auditório do 22º andar do Clube de Engenharia, à av. Rio Branco, 124. Os panoramas serão apresentados pelo chefe do escritório da Cepal no Brasil, Renato Bauman, e por Ricardo Bielschowsky e Carlos Henrique Fialho Mussi, também da Comissão, com comentários do prof. Antonio Barros de Castro (IE/UFRJ) e Pedro Motta Veiga (consultor da Funcex, presidente da Sobet), sob a coordenação do presidente do Corecon, Adhemar dos Santos Mineiro. Os 80 primeiros inscritos receberão as publicações. Em seguida, com coquetel, serão lançados quatro livros editados pelas entidades dos economistas: Perfil dos economistas, Guia dos consultores em economia, VIII prêmio de monografia, O ensino de economia – questões teóricas e empíricas. Reservas e inscrições no Corecon-RJ pelo telefone (021) 224-0578 ou pelo e-mail coreconrj@ax.apc.org.



Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe

Edição que tem por objetivo informar aos governos da região sobre as tendências da economia e do comércio internacionais que podem incidir em suas estratégias de desenvolvimento econômico, e contribuir para o intercâmbio de informações sobre os instrumentos da América Latina e do Caribe no período compreendido entre janeiro de 1996 e julho/agosto de 1997.



Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe-1997

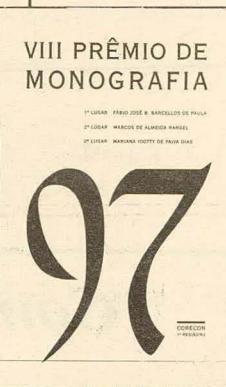
O documento chama a atenção para o fato de o continente ter registrado "o melhor desempenho dos últimos 25 anos", com uma taxa de crescimento de 5,3% (contra uma média de 3,2% para o período 1991-96) e uma inflação superior a 11%. A avaliação é de que a região registre um crescimento menor neste ano, "talvez se aproximando um pouco dos anos 90", mas com inflação sobre controle e sendo "pouco provável que a crise financeira asiática (...) desencadeie novas crises cambiais". O emprego permanece como questão preocupante assim como a redução da pobreza.



Perfil dos economistas

Resumo dos resultados da pesquisa "Os economistas do Rio de Janeiro – perfil, mercado de trabalho e opiniões", realizada pelo CORECONRJ/IERJ/SINDECON-RJ. Por entender que as contínuas mudanças culturais, tecnológicas e organizacionais exigem profissionais altamente qualificados em múltiplas áreas de conhecimento, decidiu-se por uma primeira pesquisa para desenhar o perfil, o mercado de trabalhos e algumas opiniões dos profissionais do Rio sobre a atuação das entidades e os rumos da política econômica.

.....



VIII prêmio de monografia 1997

Edição das três monografias vencedoras do concurso anual realizado pelo Conselho Regional de Economia e aberto a todas as faculdades do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de incentivar a pesquisa e premiar os melhores trabalhos finais de graduação.

Guia dos consultores em economia

Elaborado para divulgar as empresas registradas no CORECON-RJ que desenvolvem atividades de consultoria ou de assessoria. O Conselho pretende, com esta publicação, facilitar o acesso dos que necessitam de consultores na área econômica, ao mesmo tempo em que presta um serviço às empresas nele registradas, divulgando-as em suas áreas de especialização.



O ensino de economia – questões práticas e empíricas

Textos apresentados por professores e transcrição de debates do II Simpósio do Ensino de Economia e do I Seminário nacional de Informática no Ensino e na Pesquisa de Economia, realizados de 13 a 16 de outubro do ano passado na Universidade Candido Mendes e no NUCA/IE/UFRJ. Em mesas temáticas e em painéis foram apresentados e discutidos desde a formação do economista aos rumos que vem tomando a Ciência Econômica.



Jornal dos Economistas RJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 14.04.98

